

## TERCEIRA AULA

### O EXCEDENTE ECONÔMICO

Nesta aula, vamos primeiro definir e analisar a geração do excedente econômico sob o ponto de vista da economia marginalista e depois da economia marxista e, finalmente, verificar em que medida a realidade econômica confirma uma ou outra destas abordagens, ou parte delas.

É preciso advertir, desde o início, que a definição do excedente econômico não é precisamente igual na análise marginalista e na marxista. Há diferenças, embora, em termos gerais, a concepção do que seja excedente econômico seja mais ou menos a mesma, isto é: o *excedente econômico* é aquela parte da produção que não é absorvida pelos gastos necessários à mesma produção. Esta é a idéia mais geral do que é o excedente econômico. Os americanos usam os conceitos de *input* e *output*, que em português foram traduzidos por *insumos* e *produção*. O excedente seria a diferença entre o *output* e o *input*, ou seja, entre aquilo que foi colocado na produção (inclusive o trabalho humano) e aquilo que se obteve, medido por alguma unidade de valor.

Na análise marginalista o excedente é identificado com a poupança. O que vem a ser precisamente "poupança"? *Poupança* é todo rendimento, recebido por alguma entidade, que não é consumido. Essa entidade pode ser: uma família, uma empresa econômica, uma empresa não-econômica, ou o próprio governo. Todas as entidades que tenham algum rendimento são suscetíveis de terem poupança, desde que não consumam integralmente este rendimento.

Suponhamos que o rendimento de uma família seja a soma dos salários dos seus componentes; se esta família gasta integralmente esse salário, então a poupança dessa família é igual a zero. Se ela gasta *mais* do que o salário, e isto acontece, infelizmente, muitas vezes, então se poderia falar em poupança negativa. Agora, quando ela gasta *menos* do que seu rendimento a poupança é positiva. O

mesmo se dá com uma empresa que tem rendimento e gastos de consumo. Ela distribui uma parte dos lucros aos seus donos, isto é, aos acionistas, aos proprietários. Mas ela não precisa, necessariamente, distribuir *todo* o seu lucro; uma parte desse lucro pode ficar retida para a própria empresa investir mais tarde, ou constituir reservas etc. Esta parte da renda não distribuída nem consumida pela empresa para pagamentos de matérias-primas, salários etc. é a poupança da empresa. O governo tem a sua receita que é principalmente tributária; existem outros itens de menor importância, mas essencialmente, o que o governo recebe é o que cobra sob a forma de taxas e impostos. Na medida em que o governo gasta sua receita, pagando o funcionalismo público, comprando material etc., ele a está consumindo. Se não a consome integralmente, o que resta é a poupança do governo. Assim, *poupança é receita ou rendimento não consumido*. Na análise marginalista o excedente econômico de uma sociedade, de um país, cada ano, é a diferença entre a renda nacional deste país, tudo o que nele se produziu em bens e serviços durante um ano, menos aquilo que se consumiu por parte dos indivíduos, famílias, empresas (econômicas ou não) e governo.

A grande questão está em saber o que determina o nível de poupança numa economia. A primeira análise marginalista propunha como explicação, como fator fundamental do nível de poupança numa economia capitalista, (fala-se numa economia em geral, naturalmente) aquilo que a poupança viria proporcionar ao indivíduo ou à entidade poupadora como ganhos futuros. Uma família poupa porque com o dinheiro poupado poderá ganhar juros, poderá colocar o dinheiro num banco, por exemplo, ou então comprar uma apólice de seguro de vida, e essa poupança virá proporcionar a esta família uma receita com acréscimo no valor, num tempo futuro. Este acréscimo será cada vez maior quanto mais tempo esta família se abster de consumo. A poupança era concebida como ato positivo, um ato deliberado de abstenção do consumo imediato, portanto um ato desagradável, contrário ao prazer, que é consumir, é aproveitar o que se tem imediatamente. Esse sacrifício, representado pela abstenção, teria que ser remunerado por um valor futuro maior, geralmente definido pela taxa de juros. Daí se propunha que a poupança seria tanto maior quanto maior fosse a taxa de juros. Portanto, a poupança seria em princípio proporcional à taxa de juros vigente em cada momento. Quanto mais altos os juros, tanto maior o excedente econômico, isto é, a poupança. Os marginalistas evidentemente entendiam que a taxa de juros é paga por alguém, que toma esse dinheiro emprestado e o investe produtivamente. Portanto, a maximização da

taxa de juros não é o que eles propunham. O que eles diziam é que havendo um mercado de capitais em que há alguns que oferecem poupança, isto é, que oferecem o excedente aos empresários e, de outro lado, uma demanda de capitais por parte dos empresários, nesse mercado de capitais se estabelece um preço do uso do capital, que é a taxa de juros. Esta taxa de juros é que vai, por sua vez, influir decisivamente sobre o nível de poupança.

Esta concepção é bem característica do pensamento marginalista, por isto, apesar de atualmente estar um tanto abandonada, não se pode deixar de mencioná-la. Ela praticamente põe no mesmo pé a poupança de uma família que ganha, por exemplo, dois salários mínimos por mês, e coloca Cr\$ 10,00 por mês na Caixa Econômica e uma família milionária, que simplesmente resolve colocar 90% do que ganha por mês num banco suíço ou numa empresa siderúrgica. É claro que sendo a distribuição da renda tremendamente desigual, é muito difícil dar à poupança uma mesma explicação de caráter subjetivo e psicológico, de modo a abarcar tanto o fenômeno de pessoas de renda baixa, que poupam, como o de pessoas de renda tão alta que são praticamente *obrigadas* a poupar porque lhes é física e economicamente impossível gastar toda sua renda em consumo. Para a teoria marginalista não havia diferença alguma entre a família que põe Cr\$ 10,00 na Caixa Econômica e a família de um bilionário que simplesmente não consegue gastar toda sua receita; no fundo, a poupança sempre é um ato de sacrifício e conseqüentemente ela é tanto maior quanto maior fôr a remuneração esperada sob a forma de juros.

Keynes percebeu o óbvio, ou seja, que o grau de abstração ou o tipo de abstração usado pelo pensamento marginalista "clássico", simplesmente abstraía um elemento essencial da realidade, isto é, de que *o montante do rendimento em relação às necessidades normais de consumo* é realmente o elemento fundamental para explicar a poupança. A poupança de 90% da família milionária não tem a mesma significação que a poupança de 1% de uma família pobre. Portanto, a poupança está estreitamente vinculada ao volume de rendimentos e à necessidade de consumo da entidade que se considera. A partir daí Keynes formulou o que chamou de *lei psicológica geral da propensão a consumir*. De acordo com esta lei, o que é preciso explicar não é a poupança mas sim o *consumo*. A poupança é o que *sobra* do consumo.

De acordo com a distribuição da renda as diferentes entidades (Keynes está pensando fundamentalmente nas pessoas e nas famílias) têm certos padrões de consumo que são socialmente dados:

certas convenções sociais levam a certos padrões de consumo. As pessoas se vestem, se alimentam, habitam de acordo com convenções sociais, dependendo da classe social a que pertençam, ou da classe de rendimento de que fazem parte. Quando a receita de uma família aumenta, o consumo também aumenta, porém, aumenta *menos* que proporcionalmente, isto é, se uma família ganha Cr\$ 1.000,00 e de repente passa a ganhar Cr\$ 2.000,00, é provável que ela reajuste seus padrões de consumo, que passe a consumir mais, porém *não* é provável que passe a consumir duas vezes mais do que consumia antes. A sua propensão a consumir, que é a percentagem da renda que a família consome, tende a cair quando sua renda aumenta, isto é, ela tende a poupar mais. Isto porque o consumo é socialmente condicionado, e é difícil, por vários motivos psicológicos e culturais, saltar de uma classe de consumo para outra. A família desse exemplo, que poderia ser uma família operária e que por algum motivo dobrou, em termos reais, sua receita, não irá imediatamente mudar do bairro operário em que mora, para outro, por exemplo, de classe média. Isto demora e talvez ela nem chegue a fazê-lo. Ela não irá imediatamente adquirir padrões mais elevados de consumo alimentar, de vestuário etc. Portanto, o consumo é um elemento de estabilidade na economia. As pessoas, as famílias (isto também se refere às empresas) tendem, em princípio, a conservar seus padrões habituais de consumo. A mesma coisa é verdade no caso de uma redução do rendimento. Suponhamos que uma família tenha um rendimento de Cr\$ 1.000,00 e por algum motivo perde uma parte desse rendimento e passa a ganhar Cr\$ 500,00 em vez de Cr\$ 1.000,00. Há uma grande resistência da família para reduzir seu padrão de consumo à metade. É claro que será obrigada a reduzir seu consumo após certo prazo. Ela poderá se endividar após algum tempo, depois reduzirá seu consumo, porém essa redução será menor que a do seu rendimento. Portanto, neste caso, sua poupança se reduz e sua propensão a consumir aumenta. Denomina-se "propensão a consumir" a proporção da renda que uma determinada entidade (família, firma ou governo) gasta em consumo. A "propensão a poupar" é a proporção da renda que é poupada. Obviamente, a soma da propensão a consumir com a propensão a poupar de uma entidade ou conjunto de entidades tem que ser igual a um, ou cem por cento.

A propensão a consumir é inversamente proporcional às variações da renda da família. Se a família ganha Cr\$ 1.000,00, o seu consumo poderia ser Cr\$ 900,00. Se sua receita passar a Cr\$ 2.000,00, não é provável que seu consumo também aumente na

mesma proporção. O aumento do consumo será menor. Ele subirá, digamos, a Cr\$ 1.600,00. Isto significa que a taxa de poupança desta família, que é de 10% (Cr\$ 100,00 em Cr\$ 1.000,00) passa a ser de 20% (Cr\$ 400,00 em Cr\$ 2.000,00). Neste exemplo hipotético, a família, ao dobrar sua renda, reduziu sua propensão a consumir de 90% para 80%. E conseqüentemente aumentou sua propensão a poupar de 10% a 20%. Suponhamos agora o contrário: a receita que era de Cr\$ 1.000,00 passou a Cr\$ 500,00 (estamos considerando variações muito grandes da renda, meramente para tornar mais claro o fenômeno; se a variação for menor os efeitos serão menores). Neste caso, o consumo, que era Cr\$ 900,00, não cai necessariamente à metade, ou seja, a Cr\$ 450,00, porque há muita resistência por parte das pessoas em abrir mão de padrões de consumo. Assim, o consumo poderá cair para Cr\$ 500,00. Neste caso a propensão a poupar que era de 10% passou a zero. Esta família que poupava quando sua receita era de Cr\$ 1.000,00 passa a não poupar mais porque sua receita caiu à metade. A poupança poderia inclusive se tornar negativa, se supusermos que a família passe a consumir em vez de Cr\$ 500,00, Cr\$ 550,00. Neste caso teríamos uma propensão a poupar negativa. Pode-se perguntar: como é possível alguém ganhar Cr\$ 500,00 e gastar Cr\$ 550,00? É possível: a família pode ter acumulado valores no passado e está simplesmente agora se descapitalizando, isto é, consumindo os valores que acumulou; poderá se endividar, e então, pelo menos por algum tempo, será possível viver além de seu rendimento.

É claro que Keynes se aproximou muito mais da realidade, porque efetivamente a poupança é o *resíduo* de renda não consumida tanto de famílias pobres como de famílias bem ricas, tanto de empresas como do governo. Uma empresa tem um certo grau de consumo, isto é, tem um certo número de operários que têm de ser pagos, o qual pode aumentar ou diminuir com o tempo, mas basicamente ela tem um quadro de pessoal, uma folha de pagamento, além do consumo normal de matérias-primas, energia elétrica, aluguel, impostos etc. Isto dá uma base para seu consumo. Se seus lucros aumentam, a empresa, geralmente, não tende a aumentar a distribuição destes lucros. Isto é hoje um fato comprovado, inclusive nas empresas de tipo monopolista. Elas em geral mantêm o mesmo padrão de dividendos pagos aos seus acionistas. Aumentando o lucro, a empresa tende a aumentar a poupança e a diminuir a sua propensão a consumir. Quando cai a receita, a empresa, por motivos óbvios — não se desprestigiar no mercado de capitais e não desvalorizar suas ações — tende a não reduzir a sua distribuição de divi-

dados, imediatamente. Pelo contrário, ela tem reservas, acumuladas na época das “vacas gordas”, para poder então sustentar mais ou menos a mesma distribuição de dividendos aos acionistas na época das “vacas magras”. E nesse momento ela se comporta como aquela família, que reduz sua propensão a poupar no momento em que sua receita cai.

Quanto ao governo, é mais difícil desenvolver qualquer tipo de análise geral, porque a sua política tende a ser, principalmente depois da aceitação da teoria keynesiana, uma política anticíclica, isto é, o governo tende a se comportar de uma forma oposta tanto às famílias como às empresas para compensar as variações e impedir a crise ou a inflação. Nesse sentido, o comportamento econômico do governo em termos de geração do excedente é um comportamento reflexo, e compensatório. No momento em que tanto a família como a empresa tendem a manter seus padrões de consumo e reduzir a poupança, o governo pode achar necessário aumentar sua poupança, precisamente para impedir que daí ocorra uma pressão inflacionária.

Em última análise, o comportamento do governo é um comportamento que não se explica por este mecanismo, porque ele é exatamente o oposto e tende a querer influenciar o próprio mecanismo explicado.

Qual é a conseqüência fundamental desta teoria?

A de que o excedente, numa sociedade qualquer, será, num certo momento, tanto maior quanto mais desigualmente for distribuída a renda. Se compararmos dois países, *A* e *B*, que tenham a mesma renda nacional, mas no país *A* a renda é distribuída mais desigualmente que no país *B*, no país *A*, os 10% mais ricos da população recebem a metade da renda e no país *B* os 10% mais ricos recebem apenas 25% da renda, então no país *A*, daqueles 50% da renda, que são apropriados pelos 10% mais ricos da nação, vai sair uma grande poupança, porque estes 10% de ricos dificilmente vão poder gastar tudo isto. Ao passo que no país *B*, em que a renda é distribuída mais igualitariamente, a poupança das famílias mais ricas será proporcionalmente menor. Uma conseqüência importante desta teoria é que o próprio excedente é uma função da maior desigualdade da distribuição da renda. E é uma justificativa muitas vezes usada para que haja uma crescente desigualdade na repartição da renda. O economista João Paulo de Almeida Magalhães, que foi durante muitos anos o chefe da assessoria econômica da Confederação Nacional da Indústria, sustentou que a inflação, no Brasil, por redistribuir regressivamente a renda, ou seja, por tornar os ricos

mais ricos e os pobres mais pobres, foi um mecanismo essencial para aumentar o excedente do país. Pois ao transferir a renda de gente pobre que ia gastar para gente rica que não tem como fazê-lo e portanto vai poupar, a inflação criou um aumento do excedente econômico que foi utilizado para acelerar a industrialização do país. É o que se chama de poupança forçada.

Outra conseqüência, e no caso muito significativa, é que à medida que aumenta a renda, o excedente cresce ainda mais. Vamos supor um país em crescimento. A renda do país está crescendo ano após ano. Isto, aliás, é o normal em qualquer economia capitalista: a longo prazo a economia cresce. Historicamente tem sido assim. A renda das famílias tende a crescer, não digo que cresça na mesma proporção, o grau de desigualdade na repartição da renda pode modificar-se, mas, a longo prazo, a receita da maior parte das famílias e das empresas tende a crescer. Neste caso, a propensão a consumir tende sistematicamente a cair e a propensão a poupar tende sistematicamente a subir. Há uma tendência numa economia em crescimento que o excedente cresça mais que proporcionalmente em relação à renda nacional. Se a renda de um país foi num certo momento 100 e o excedente 10% desta renda, quando a renda passou a 200, uns 10 ou 15 anos depois, o excedente não passou de 10 para 20 mas de 10 para 40. Há uma tendência do excedente para crescer com a economia e crescer mais que proporcionalmente do que ela, isto é, ele se torna *uma parte cada vez maior do produto social*.

O próprio Keynes acabou afirmando que era necessário, a partir de um certo ponto, estimular de alguma maneira o consumo, porque o excedente cada vez maior pode levar a economia à estagnação e à depressão. O que é preciso constatar por enquanto é que a lei psicológica de Keynes nos leva a esta conclusão: na medida em que a economia cresce, o excedente deve teoricamente crescer e mais que proporcionalmente.

Passemos agora à abordagem marxista. De acordo com esta abordagem o excedente econômico coincide com a mais-valia total produzida na economia durante um certo tempo. Segundo Marx, o produto social (que chamaremos de  $P$ ) é igual ao capital constante ( $c$ ) mais o capital variável ( $v$ ) e mais a mais-valia ( $mv$ ):

$$P = c + v + mv.$$

O *capital constante* é constituído por todos os elementos produtivos gastos para obter-se este produto  $P$ : matérias-primas, matérias auxiliares, máquinas e instalações, estas últimas formando o chamado

capital fixo. O capital constante compõe-se de certos elementos que chamamos de *capital circulante*, que entram totalmente no produto, tais como matérias-primas, e de *capital fixo* que são certos elementos que entram gradativamente no valor do produto, na medida em que eles vão se desgastando, tais como os equipamentos, construções etc. O *capital variável* é a quantidade de salários pagos pelo trabalho produtivo, ou seja, é o valor da força de trabalho gasta na obtenção deste produto  $P$ . Ora, a diferença entre o valor total de  $P$  e a soma do capital constante gasto e do capital variável gasto dá o excedente econômico, que aparece sob a forma de mais-valia numa economia capitalista:

$$P - (c + v) = mv.$$

Esta é a definição de excedente e vê-se de imediato a diferença de abordagem entre a teoria marxista e a teoria marginalista. A abordagem marxista não depende de uma propensão ou de um comportamento subjetivo. Ela é objetivamente determinada. O excedente, a qualquer momento, é sempre o resultado desta diferença objetiva. O  $c$ , *capital constante*, é determinado pela técnica da produção utilizada para obter  $P$ . Numa agricultura primitiva, por exemplo, como a brasileira, em que o capital constante usado é sobretudo a enxada, e muito pouco além disto, este elemento  $c$  será muito pequeno. A maior parte do custo do produto agrícola será representada pela força de trabalho utilizada para obtê-lo ( $v$ ). Numa agricultura adiantada, moderna,  $c$  será representado pelo combustível gasto nos tratores, por sementes selecionadas que a empresa agrícola compra, por adubos químicos, inseticidas, pesticidas e pelo desgaste das máquinas agrícolas. Portanto, proporcionalmente,  $c$  será muito maior. A tecnologia usada para produzir  $P$  pré-determina o montante do capital constante. O valor do capital variável, como já foi mostradô na aula anterior, é determinado em última análise pela luta de classes, isto é, pela capacidade que os trabalhadores têm de defender o seu padrão de vida, melhorá-lo, e pela capacidade que os empregadores têm de contrariar este esforço e reduzir ao máximo a remuneração paga aos trabalhadores. Deste choque de interesses, que é regulado por vários fatores institucionais, já mencionados na 2.ª aula, resulta certo capital variável  $v$ , também socialmente determinado. Então dado  $c$ , dado  $v$ , e dado  $P$ , a mais-valia, o excedente econômico é macroeconomicamente determinado:

$$mv = P - c - v.$$

Ele não é resultado de propensões subjetivas, mas resulta de uma configuração, que é ao mesmo tempo social e técnica, da estrutura produtiva do país.

O excedente marxista é, digamos, um excedente potencial, que a sociedade pode usar de uma ou outra maneira, o que é diferente do excedente keynesiano que é um excedente real, *a posteriori*, isto é, aquilo que efetivamente a sociedade por algum motivo não consumiu. Para os marxistas o ponto de partida da análise é o excedente *virtual*. Apenas as parcelas do produto que são representadas por  $c$  e por  $v$  não podem ser tocadas. Suponhamos, por exemplo, que a sociedade gaste improdutivamente, não somente todo o excedente (mais-valia), porém também uma parte de  $c$ , ou seja, uma parte do valor do produto que é representada pelo capital constante, não é reinvestida na produção. O que acontece é que no ano seguinte  $P$  será provavelmente menor: o volume disponível de matérias-primas ou de energia elétrica ou de maquinaria, será reduzido e, portanto, a capacidade da economia de produzir será menor do que foi este ano. Assim, o excedente, do ponto de vista marxista, é tudo aquilo que sobra além do necessário para que os gastos de reprodução sejam satisfeitos, para que pelo menos o produto se mantenha no nível atingido. É, portanto, um *excedente virtual*, potencial, que de alguma forma será posteriormente utilizado pela sociedade, produtivamente, isto significa com toda probabilidade que  $P$  aumentará também. Se não for usado produtivamente,  $P$  não aumentará. Enfim, a mais-valia terá duas utilizações possíveis: uma utilização produtiva ou uma utilização improdutiva.

Quais são as leis, do ponto de vista da análise marxista, que determinam o tamanho do excedente ao longo do tempo?

Essas leis se referem precipuamente ao montante do capital variável. Existem duas formas de aumentar o excedente, isto é, a mais-valia: a produção de *mais-valia absoluta* e a produção de *mais-valia relativa*.

A mais-valia absoluta decorre do fato de se aumentar o montante do trabalho humano gasto durante o ano, sem se aumentar a remuneração da força de trabalho. Isto gerará um acréscimo de mais-valia que Marx chamou de mais-valia absoluta. Lembremo-nos de que o produto é medido em horas de trabalho socialmente necessário, assim como o capital variável, o capital variável e a mais-valia. Suponhamos que certa quantidade de trabalho humano foi gasta durante o ano e que as pessoas trabalhem 8 horas por dia durante 250 dias por ano, que é mais ou menos normal numa sociedade capitalista moderna. Isto dá 2.000 horas de trabalho pessoa-ano.

1.000.000 de pessoas vão produzir anualmente 2 bilhões de horas de trabalho socialmente necessários. Podemos supor que estes 2 bilhões de horas de trabalho sejam repartidos do seguinte modo: 1 bilhão e 200 milhões para remuneração da força de trabalho e 800 milhões constituindo o excedente. Se for possível fazer o empregado trabalhar, em vez de 2.000 horas, 2.200 horas por ano sem aumentar a sua remuneração, o valor de  $v$ , o capital variável, continuará sendo de 1 bilhão e 200 milhões de horas, porém, a mais-valia passará de 800 milhões para 1 bilhão de horas. Este acréscimo de 200 milhões de horas é o que Marx chamou de *mais-valia absoluta*. A mais-valia absoluta foi a forma de aumentar o excedente no início da industrialização, no princípio da Revolução Industrial. Procurou-se elevar ao máximo a jornada de trabalho. Trabalhava-se, então, 14, 15 e até 16 horas por dia e havia uma constante pressão por parte dos empregadores no sentido de aumentar essa jornada sem aumentar a remuneração dos trabalhadores, gerando com isto um aumento de mais-valia, isto é, aumentando o excedente.

Depois desse início heróico (heróico para os trabalhadores) da Revolução Industrial, a forma de aumentar o excedente já não foi a mais-valia absoluta, pelo contrário, a tendência foi reduzir a jornada de trabalho. Em vez de mais-valia absoluta passou-se à *mais-valia relativa*. Mas o que significa a mais-valia relativa? Tomemos esta cifra hipotética de 1 bilhão e 200 milhões de horas de trabalho socialmente necessárias que servem, no exemplo acima, para reconstituir a força de trabalho de 1 milhão de pessoas, servem para que 1 milhão de pessoas se alimente, se vista, crie seus filhos. Este 1 bilhão e 200 milhões de horas de trabalho estão incorporados numa série de bens de uso, tais como roupas, alimentos etc. Se a produtividade aumenta, ou seja, se através do progresso tecnológico é possível produzir os mesmos bens de uso — alimentos, vestuários etc. — em *menos* horas de trabalho, e este é o sentido do desenvolvimento tecnológico, pode-se reduzir  $v$  o montante do capital variável no produto social. de 1 bilhão e 200 milhões de horas de trabalho para digamos 1 bilhão. Isto é possibilitado pelo aumento da produtividade do trabalho. Cada hora de trabalho, agora, produz mais alimentos, camisas ou móveis etc. Assim, sem reduzir o padrão de vida dos trabalhadores, cai o montante do capital variável e conseqüentemente aumenta o excedente social. Com este aumento de 200 milhões de horas, o excedente passa, portanto, a 1 bilhão de horas: esta é a *mais-valia relativa*.

No caso de mais-valia absoluta o volume total de trabalho socialmente necessário aumentou de 2.000 milhões para 2.200 milhões, a

favor do excedente. No caso da mais-valia relativa, o volume total do trabalho socialmente necessário não varia, o que varia é a sua distribuição  $v$  e  $mv$ , ou seja, entre capital variável e mais-valia. Historicamente, foi a geração de mais-valia relativa a forma que o capitalista encontrou e utilizou para aumentar o excedente. A evolução do capitalismo nos últimos 150 anos torna isto mais ou menos óbvio. No começo da Revolução Industrial, por piores que fossem as condições de vida dos trabalhadores, certamente uma parte muito grande de trabalho vivo, ( $v$  mais  $mv$ ) deve ter sido destinada à manutenção da força de trabalho. Por mais pobres que fossem os trabalhadores, a produtividade era tão baixa que talvez 80 ou 90% do trabalho vivo eram necessários para que os trabalhadores pudessem viver e trabalhar no dia seguinte e que, daí a alguns anos, seu filho pudesse tomar o seu lugar. Pois bem, nestes 150 anos, o avanço tecnológico foi tão fabuloso, que foi possível proporcionar à massa dos trabalhadores, nos países mais adiantados, um padrão de vida substancialmente melhor, tendo baixado ao mesmo tempo a proporção de trabalho vivo destinado à reconstrução da força de trabalho no produto social. Marx, para medir a proporção em que o trabalho vivo se reparte entre capital variável ( $v$ ) e mais-valia ( $mv$ ), propôs o conceito de *taxa de exploração*, dada pelo quociente  $mv/v$ . No exemplo acima, sendo  $v$  igual a 1.200 milhões de horas de trabalho e  $mv$  igual a 800 milhões

de horas, a taxa de exploração seria de  $\frac{800}{1.200} = 0,67$  ou 67%.

Isso significa que, em média, a cada hora de trabalho produtivo gasta para reproduzir a força de trabalho correspondem 40 minutos (ou 67% de uma hora) de trabalho "explorado", ou seja, excedente que toma a forma de mais-valia.

No início da industrialização, devido ao prolongamento da jornada de trabalho, o aumento do trabalho socialmente necessário extraído dos trabalhadores se fez predominantemente sob a forma de *mais-valia absoluta*. Depois (a partir dos meados do século XIX) a tendência passou a ser aumentar a *mais-valia relativa*, isto é, usar o aumento da produtividade para tornar a distribuição do valor gerado durante o ano cada vez mais favorável à mais-valia, elevando o excedente. Isto não quer dizer que não existam, ainda, casos em que se use a geração de mais-valia absoluta. Um exemplo é Hong-Kong. Hong-Kong é uma das mais novas economias industriais do mundo; foi criada pelos refugiados da Revolução Chinesa e ali se trabalha, em média, 12 horas por dia, 7 dias por semana, 52 semanas por ano. Trabalham-se todos os dias exceto 4 ou 5 feriados religiosos

chineses. A vantagem de Hong-Kong no mercado mundial é obviamente a geração de mais-valia absoluta. Provavelmente, depois de algum tempo, com a melhoria tecnológica, também lá se dará o que se deu na Inglaterra, França, Alemanha e no Brasil, que é a utilização cada vez menor de horas de trabalho para produzir os elementos necessários para a reconstrução da força de trabalho, e, conseqüentemente, sobra mais para o excedente.

Conseqüência: a mesma da teoria keynesiana. Isto é, o excedente sempre tende a crescer. Tanto na teoria keynesiana como na teoria marxista, a tendência do excedente é sempre ser maior, ano após ano, porque a fração do produto social para reconstruir a força de trabalho tende a ser cada vez menor. Ao contrário, no entanto, da teoria keynesiana, que dizia que o excedente não só cresce absolutamente mas cresce em proporção ao produto, Marx dizia que o excedente como *proporção* do produto não tende a crescer, porque ele supunha que o capital constante tenderia a crescer muito mais rapidamente que o trabalho vivo ( $v$  mais  $mv$ ). O que permite a geração da mais-valia relativa é o aumento da produtividade, graças ao qual, cada vez menos horas de trabalho são necessárias para criar vestuário, alimentação etc., para toda população trabalhadora. Isto se torna possível graças a uma utilização cada vez mais intensiva e extensiva do capital e portanto a parcela de  $c$  tende a ser cada vez maior. Em termos proporcionais, o excedente da economia capitalista não deve crescer, ele cresce em termos absolutos. Dasquelas 2.000 horas de trabalho anuais de cada trabalhador, o excedente talvez fosse apenas de 100 horas há 150 anos; depois passou a 200, 500, 1.000 horas, pode ser até de 1.500. Porém, para que isso fosse possível foi preciso usar uma quantidade de instalações e máquinas cada vez maior, como proporção do produto.

Marx supunha que o excedente seria uma fração do produto, que poderia ser decrescente. Marx sempre se referiu a isto como a uma tendência histórica a longo prazo. Esta proposição marxista, de que a mais-valia é uma fração decrescente do produto, embora aumente em termos absolutos, não foi comprovada historicamente. Há estudos recentes feitos por economistas marxistas, particularmente pelo economista americano Gillman, que mostra, com dados estatísticos, em relação aos EUA e à Grã-Bretanha, que a mais-valia como proporção de todo o produto se manteve a longo prazo. (100 ou 150 anos mais ou menos), constante, embora flutuasse, é claro. Mas não houve nenhuma tendência ao decréscimo. No tempo de Marx não havia possibilidade de comprovação empírica dessa tendência. Foi preciso esperar até recentemente, para que fos-

sem acumulados durante um longo período dados estatísticos, relativamente dignos de confiança, que permitissem uma verificação dessa espécie.

Isto não vem desmentir, propriamente, Marx, porque ele mesmo nunca afirmou categoricamente que este elemento *c* tende sempre a crescer mais do que a taxa de exploração. Ele diz que há uma *tendência* para isso. Porém, o próprio avanço da tecnologia, que barateia os elementos de sobrevivência da força de trabalho, alimentação, por exemplo, também tende a tornar cada vez mais baratos os elementos do capital constante. Lembrem-se que *c* não se mede em toneladas, nem em metros cúbicos, mas em horas de trabalho. Assim, se usamos, hoje, para produzir um ovo, toda uma construção — galinheiros modernos, com chocadeiras elétricas etc. — isto tudo é provavelmente mais barato, por ovo produzido, que o tradicional cercado onde se costumava criar galinhas. Da mesma forma uma fábrica automatizada, embora mais cara que uma do tipo antigo, pode entrar com a depreciação do seu equipamento em menor grau no valor de cada unidade nela produzida do que a fábrica não automatizada.

A realidade capitalista (que Marx supunha, para fins de análise, competitiva ou concorrencial), reconhece-se hoje ser essencialmente monopolista. O que significa que a maioria dos ramos de produção são dominados por poucos produtores e o excedente cresce cada vez mais. Baran e P. Sweezy provam estatisticamente e analisam teoricamente a tendência ao crescimento do excedente econômico. Propõem, assim, a troca da lei da tendência à baixa taxa de lucro, de Marx, pela lei do crescimento constante do excedente.

Confesso que não me convenci, inteiramente, ao ler o livro de Sweezy e Baran, *O Capital Monopolista*, de que o que eles afirmam seja válido apenas para o capitalismo monopolista. Tenho a impressão de que no fundo as forças que fazem o excedente crescer já se achavam presentes na fase pré-monopolista ou mais competitiva do capitalismo. São, essencialmente, forças tecnológicas que o capitalismo evidentemente gera e aproveita. Na medida em que avança a tecnologia, aumenta a produtividade do trabalho humano, seja para sustentar a população, seja para reconstituir a própria estrutura produtiva. Uma fração decrescente do produto precisa ser devotada à reposição dos insumos e, conseqüentemente, o excedente virtual tende a ser cada vez maior, tanto em termos absolutos como relativos.

Sweezy e Baran apresentam alguns argumentos que levam a crer que essa tendência do excedente crescer acentuou-se no capi-

talismo monopolista: o capitalismo monopolista é algo mais planejado *dentro da empresa*, o que permite que a revolução tecnológica seja menos destrutiva do que foi no passado. Schumpeter, que não tem nada de marxista, mas foi um homem que dedicou toda atenção ao processo de inovação tecnológica, cunhou a expressão “destruição criadora” para designar o processo pelo qual a cada momento em que a tecnologia dá um passo à frente ela não somente cria novas formas de produção como destrói as formas antigas. Cada inovação tecnológica tende a aumentar o excedente, porém, ao mesmo tempo elimina uma parte do capital social por obsolescência, e há, então, uma tendência à compensação, ou seja, o vigor do efeito tecnológico no sentido de fazer crescer o excedente seria atenuado pelo aspecto destrutivo. Numa economia bem monopolizada como é a norte-americana, por exemplo, e não há dúvida alguma que a Europa está caminhando em direção a um capitalismo tão monopolista quanto o americano, esta “destruição criadora” fica cada vez menos necessária, porque o monopólio, a grande empresa, o truste têm condições de esperar o momento mais propício para introduzir a inovação, isto é, quando o equipamento que vai se tornar obsoleto já está fisicamente desgastado. Deste modo, não é preciso jogar fora máquinas quase novas porque se criaram máquinas melhores. Daí se verificar a *acentuação* de uma tendência, que na verdade é de toda a história do capitalismo: a de que o excedente virtual tende realmente a crescer.

Quanto ao excedente *a posteriori*, real, dado pela poupança, isso também é verdadeiro pelo menos em certa medida. A proposição keynesiana está se verificando, as taxas de poupança nos países capitalistas têm crescido quase sempre quando estes países não se encontram em guerra. A guerra tem sido geralmente o grande meio de reduzir o excedente. A guerra, do ponto de vista keynesiano, é uma forma de redução do excedente mediante o investimento destrutivo, um investimento que não aumenta a capacidade produtiva da economia. O excedente dado pela poupança, excedente *real*, tem uma tendência imanente para o aumento, que é permanentemente anulado pelas contínuas guerras em que as maiores potências imperialistas têm-se envolvido, como fruto do próprio imperialismo, nos últimos 20 ou 30 anos.

Convém considerar ainda que uma forma igualmente eficiente de reduzir o excedente (poupança) é o gasto em armamentos, mesmo que estes não sejam utilizados em guerras: o estado reduz as rendas das famílias e empresas aumentam os impostos, o que diminui mais do que proporcionalmente (como se viu) a propen-

são a poupar; com os recursos assim arrecadados, compram-se armamentos ou se financiam viagens interplanetárias, o que os "esteriliza" enquanto excedente, pois armamentos ou foguetes não servem para aumentar o produto (ou a renda) no período seguinte. Seria muito diferente se o governo usasse os recursos arrecadados para financiar investimentos produtivos — para construir, por exemplo, estradas ou represas. Como consequência, no período seguinte o produto (e renda) cresceriam ainda mais, o que levaria a um crescimento mais que proporcional do excedente. Como o capitalismo não suporta um excedente "excessivo" (como ainda se verá), guerras e corridas armamentistas parecem ser formas essenciais de sustentação da prosperidade nos países capitalistas adiantados.

## QUARTA AULA

### ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

— Ao estudar a acumulação de capital, vamos verificar o funcionamento geral do mecanismo de crescimento e de crise do sistema capitalista.

A acumulação de capital é o processo pelo qual uma parte do excedente econômico é convertida em novo capital. Isto é a essência daquilo que chamamos de "acumulação do capital", para a qual há sinônimos imperfeitos na literatura econômica, tais como, investimento líquido e formação líquida de capital. Vamos ver agora como o excedente econômico é transformado, em parte, em novo capital e que vai se somar ao estoque de capital que a sociedade possui, ampliando a sua capacidade de produção. Isto quer dizer que o efeito da acumulação de capital é sempre aumentar a capacidade de produzir. Uma parte do produto social toma a forma física de meios de vida de mais trabalhadores e outra, de máquinas, de matérias-primas, instalações, prédios e que vão se somar ao equipamento produtivo já existente. Desta maneira se amplia a potência produtiva, o que permite aumentar o nível de produção no período seguinte. Interessa saber como esse processo de acumulação de capital se dá, quais são os fatores que o condicionam, que o aceleram ou o retêm, em diferentes condições.

—△ Vamos começar, dentro da sistemática adotada, com a abordagem marginalista mais moderna, que é aquela que provém de Keynes. Infelizmente não há tempo de se fazer um histórico econômico a respeito deste assunto, e assim vamos nos fixar no que é, contemporaneamente, a teoria aceita pela economia acadêmica ocidental.

A abordagem marginalista sempre parte da ação individual e de sua motivação subjetiva. Então, o problema se coloca assim: o que faz com que os indivíduos apliquem a sua poupança em

elementos produtivos? Supõe-se que o somatório das ações individuais deva dar a acumulação de toda a economia.

O que Keynes dizia é que o ritmo de acumulação do capital depende de dois fatores: *da eficiência marginal do capital e da taxa de juros*. O que ele chamou de eficiência marginal do capital é, em última análise, a perspectiva de rendimento de um novo investimento. Daí a palavra *marginal*, pois ele está focalizando um acréscimo ao estoque de capital já existente. Todo investimento capitalista (pelo menos no setor privado da economia) é *propriedade privada*. Esta propriedade privada dá um rendimento, que é a mais-valia distribuída entre os proprietários individuais deste capital (já descontada a parte que vai sob a forma de impostos, aluguel etc. para outros elementos improdutivos da sociedade). O que interessa para explicar a acumulação de capital não é o rendimento do investimento passado, mas o rendimento provável do acréscimo a este investimento.

Quando um capitalista resolve ampliar a sua fábrica, construir uma usina, abrir uma agência de banco, construir uma nova fazenda ou ampliar a fazenda que tem, ele age em função de uma expectativa de rendimento que este novo investimento vai lhe proporcionar dali em diante. O capitalista é sempre encarado como o indivíduo racional que age com um alto senso de oportunidade. Ele só vai investir em alguma coisa produtiva se o rendimento daí esperado for superior à taxa de juros mais baixa existente no mercado. A taxa de juros mais baixa é aquela que é totalmente isenta de riscos. O juro é o rendimento derivado de um empréstimo em dinheiro a alguém. E o juro varia evidentemente de acordo com o grau de risco que o empréstimo implica. Se empresto dinheiro a um banco ou a uma companhia de seguros (se alguém faz um seguro de vida, está emprestando dinheiro à companhia de seguros que vai devolvê-lo quando o segurado morrer ou então, ao cabo de um certo prazo, com juros), o banco ou a companhia de seguros podem falir. Se isso acontecer, o dinheiro pago sob a forma de depósito no banco ou de prêmio à companhia de seguros se perdeu. Assim, qualquer empréstimo implica um certo risco. Este risco varia muito e os juros variam em proporção aos riscos. Se alguém empresta dinheiro a curto prazo a um comerciante em dificuldades, pode cobrar juros de até 5% ao mês. São juros absurdamente altos, porém o risco também é muito grande: se o homem está em dificuldades, pode ser que o empréstimo o salve, mas pode ser também que ele afunde e o credor vá junto. Ao passo que se

alguém empresta a uma grande instituição bancária que é garantida pelo Banco Central, o risco é irrisório, é praticamente zero.

Segundo Keynes, o investidor, o acumulador de capital, compara a eficiência marginal do capital (a renda esperada do investimento adicional) com a taxa de juros que não importa em riscos. Contabilmente, o investimento é como se fosse um empréstimo que o capitalista faz a si próprio. É como se ele emprestasse dinheiro à sua própria empresa e ele sabe quais são os riscos que corre, se a empresa é capaz, realmente, de ir para frente, ou se ela pode soçobrar no caminho. Em parte, o empresário trabalha também com capital alheio. Por este capital alheio ele tem que pagar juros. Em qualquer uma das duas hipóteses, trabalhando com capital próprio ou alheio, ele só vai fazer o investimento se a eficiência marginal do capital for *superior* à taxa de juros. A eficiência marginal do capital é sempre uma estimativa subjetiva, é algo que o investidor *espera* em função das informações que tem, que sempre são parcas e insuficientes para ter certeza, pois ele vai trabalhar num mercado cujo comportamento não pode prever com segurança. Ele só vai se decidir a fazer o investimento, se aquilo que pode esperar de rendimento for maior que a taxa de juros vigente. Isso por dois motivos: em primeiro lugar, se o empresário toma dinheiro emprestado, a taxa de juros que ele vai ter que pagar é fixada por contrato. Não tem sentido tomar dinheiro, a 6% ao ano, se esta for a taxa de juros, esperando tirar 6% de lucro deste capital. Porque assim, o empresário não vai ganhar nada, toda mais-valia gerada por esse investimento vai ficar no bolso do emprestador. Em segundo lugar, se ele estiver trabalhando com o seu próprio capital, também não faz sentido, porque é muito mais seguro para ele entregar dinheiro a 6% de juros a uma instituição financeira que praticamente não oferece riscos, do que investi-lo com os riscos inerentes a qualquer negócio.

Segundo Keynes ainda, a eficiência marginal do capital vai decrescendo na medida em que os investimentos vão sendo feitos, como resultado da *lei dos rendimentos decrescentes*. Como foi visto, a lei dos rendimentos decrescentes afeta todos os fatores de produção. Ela afeta não só o trabalho, mas também o capital. Na medida em que *mais capital* vai sendo investido, os rendimentos que se pode obter deste capital vão decrescendo. Então, chega necessariamente o momento em que a eficiência marginal do capital cai ao nível da taxa de juros. Aí o investimento cessa. Existe, portanto, uma certa quantidade de investimento, ou seja, uma certa acumulação de capital que é pré-determinada pelo sistema. Este vo-

lume de investimento é determinado por duas leis objetivas e um fato subjetivo: a lei dos rendimentos decrescentes do capital, que faz com que a eficiência marginal do capital vá decrescendo, de acordo com certas características do conjunto da economia: a lei que determina a taxa de juros; e um aspecto subjetivo fundamental, isto é, como o investidor encara o funcionamento destas leis, sobre cuja ação ele tem informações, por definição, insuficientes. Então, a acumulação depende também do seu estado de espírito, do seu estado de expectativa, na expressão de Keynes.

A eficiência marginal do capital depende, além da lei dos rendimentos decrescentes, da procura efetiva existente na sociedade, principalmente da procura por bens de consumo. Os bens de consumo são produzidos para atender uma certa procura do conjunto da população, que decorre da propensão para consumir, ou seja, da proporção do rendimento que as pessoas usam para o seu consumo. A produção de bens de consumo é por sua vez dimensionada para satisfazer a demanda daquelas fábricas ou unidades de produção de bens de consumo. Os teares são produzidos à medida que as tecelagens precisam de teares. Ora, as tecelagens vão comprar teares na medida que vendem tecidos. Então o conjunto da atividade produtiva vai depender da propensão para consumir. Evidentemente o raciocínio acima está simplificado, pois não considera a produção de meios de produção cujo uso é produzir mais meios de produção. Por exemplo: aço para fabricar teares. Não há dúvida, porém, de que a demanda por aço depende da de teares e esta da de tecidos, de modo que se mantém a conclusão que o conjunto da atividade produtiva depende da propensão para consumir. A situação se coloca da seguinte forma: a propensão para consumir vai definir o tamanho do excedente poupado, como já foi visto. A sociedade vai destinar, vamos dizer, 80% da sua renda ao consumo, 20% à poupança. Estes 20% vão constituir o excedente, na concepção keynesiana, que podem ser acumulados. Os 80% vão definir o incentivo ao investimento. Os empresários que vão investir têm uma perspectiva de vender os seus produtos a determinado nível de preços e sabem o seu nível de custos. A diferença entre custos e preços é que vai dar a eficiência do seu capital particular. Obviamente, se eles acham que a oferta adicional de mercadorias decorrente do investimento (o tecido a mais, fabricado com os novos teares, por exemplo) vai fazer com que *baixem* os preços, fazendo cair o lucro, eles *não* vão realizar a inversão. Esta só será feita se a expectativa for de que a oferta adicional vai satisfazer uma procura adicional, de modo que os preços não vão precisar baixar

e a margem de lucro será pelo menos mantida, senão aumentada. Em qualquer ramo, a acumulação de capital requer, portanto, que haja uma expectativa de procura crescente.

A acumulação do capital é um fenômeno social que está sendo encarado como o somatório de  $n$  atos individuais de investimento. Cada empresa faz o seu cálculo, tendo em vista a demanda pelos seus produtos. Se a empresa for, por exemplo, uma estrada de ferro, ela faz o seu plano de investimento: comprar mais vagões ou não? É preciso saber se haverá carga para ser transportada por estes vagões. Esta carga vai depender, em última análise, da demanda de consumo. Se o estudo da demanda de carga para esta ferrovia mostrar que é viável colocar mais "tantos" vagões, que eles terão carga suficiente não somente para cobrir seus custos de operação e a sua amortização, mas que também vão dar um rendimento maior que a taxa de juros, então compram-se os vagões, o investimento é feito e torna-se uma parcela da acumulação do capital da sociedade. O que Keynes quis mostrar é que, dada uma certa propensão a consumir, ela limita e define a eficiência marginal do capital, que fundamenta o cálculo dos capitalistas que vão fazer o investimento. Desta maneira, a propensão a consumir limita e define perfeitamente a acumulação do capital e ao mesmo tempo vai dar o excedente econômico que é acumulado. Se soubermos qual é a propensão a consumir numa dada sociedade e se soubermos qual é a taxa de juros, poderemos, colocando as devidas equações num computador, saber qual é a quantidade provável de acumulação, ou seja, qual a taxa de investimentos que vai ser realizada.

Isso não significa, porém, que *toda* poupança é sempre invertida. O que acontece, por exemplo, se houver uma alta propensão a consumir e portanto uma pequena propensão a poupar? Uma grande parte da renda é destinada ao consumo. *Há uma alta demanda efetiva*, o que aumenta a eficiência marginal do capital, mas existe um pequeno excedente, pois a poupança é reduzida. Haverá uma tendência, então, à superacumulação, ou seja, os capitalistas vão tentar investir bastante, porque eles estão em condições de vender bastante a bons preços, porém o excedente social gerado não vai permitir que isto se realize. O excedente será insuficiente face às intenções de acumular dos capitalistas. O que vai acontecer é que os preços tendem a subir.

Isto será consequência de um aumento muito rápido da demanda efetiva, que é a soma da demanda por bens de consumo (que cresce devido à elevada propensão a consumir) e da demanda

por bens de produção (que cresce devido ao desejo dos empresários de acumular muito). A demanda efetiva dispara na frente da oferta global de bens e serviços, o que acarreta a elevação dos preços. Esta elevação de preços vai fazer com que o volume de meios de pagamento, composto não só por dinheiro, mas também pelos depósitos bancários, seja insuficiente face à demanda por dinheiro.

Haverá então duas alternativas: uma supõe uma *política monetária neutra*, que será a de permitir que a taxa de juros aumente como resultado da maior demanda de dinheiro. Esta elevação da taxa de juros vai cortar a acumulação de capital, já que esta é sempre o resultado da comparação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros vigente no momento. Suponhamos que a eficiência marginal do capital seja de 8% ao ano, isto é, os empresários esperam que o novo investimento lhes dê uma renda de 8% ao ano e vamos supor que a taxa de juros fosse neste momento de 5%. Neste caso os empresários tenderiam a acumular até que a eficiência marginal do capital caísse ao nível de 5%. Mas se o excedente for insuficiente, se não houver recursos físicos para este investimento, haverá elevação de preços, maior escassez de meios de pagamento, o que poderá fazer com que a taxa de juros suba a 8%, o que vai impedir que a acumulação prossiga. Então a acumulação verdadeira, real, será aquela que a poupança permitir, ou seja, aquela parte do produto social que não tenha sido consumida, pois ela não pode ir além disso. E é a elevação da taxa de juros o mecanismo que impede que a sociedade tente uma acumulação que é fisicamente inviável.

A outra possibilidade é o governo multiplicar os meios de pagamento e deste modo gerar uma certa inflação. Se o governo fizer isso, diz Keynes, e ao mesmo tempo não aumentar os salários, o que acontece é que ele vai transformar consumo em poupança, quer dizer, vai reduzir o poder aquisitivo da grande massa da população e redistribuir a renda a favor dos mais ricos contra os mais pobres, e como são os ricos que poupam mais (como vimos) aumentará a chamada *poupança forçada*. Assim aumenta o volume do excedente, reequilibrando poupança e o desejo de acumular. Conseqüentemente, haverá uma acumulação de capital maior, porque vai aumentar o excedente através de uma política inflacionária.

Resumindo: na hipótese de uma alta propensão para o consumo e um excedente pequeno, há uma tendência de a acumulação ultrapassar os limites do possível. Daí ocorrem duas saídas

possíveis: ou se permite à taxa de juros subir e eliminar assim a acumulação que não é viável, ou se mantém a taxa de juros baixa, o crédito abundante, emitindo dinheiro de modo que aumente o nível de preços, do que resulta uma redistribuição regressiva da renda, com a conseqüente queda da propensão a consumir, o que faz aumentar o excedente e a acumulação será então maior do que no primeiro caso.

Vamos supor agora o contrário, ou seja, uma situação de baixa propensão a consumir, devido ou à distribuição muito desigual da renda ou ao alto nível desta renda que faz com que uma grande proporção dela não seja consumida. Então, haverá uma boa parte do produto que não será consumida, mas também não será acumulada, pois a baixa demanda por bens de consumo desestimula o investimento. Os capitalistas não vão ter incentivo para aumentar a sua capacidade produtiva se o consumo não está aumentando. Parte da renda será poupada, mas o excedente não será acumulado. Ele será entesourado, ou seja, as pessoas manterão aquela parte do seu rendimento, que não consumirem, sob a forma de dinheiro, sem transformá-lo em bens reais. O entesouramento pode ser feito diretamente pelos poupadores ou estes podem depositar seu dinheiro em instituições financeiras, sem que estas encontrem empresários dispostos a tomar estes recursos emprestados para acumulá-los.

Sendo o excedente não totalmente acumulado, haverá uma tendência à subacumulação. Conseqüentemente uma parte da renda não se transforma em demanda efetiva, o que fará com que os preços baixem, pois haverá mais mercadorias produzidas do que aquelas que serão vendidas. Decorre daí a típica situação de crise capitalista, caracterizada por deflação.

A queda de preços, sem imediata redução de custos, torna uma série de operações produtivas não rentáveis, o que leva a que não sejam prosseguidas. Algumas empresas reduzirão suas atividades, eliminando as que dão prejuízo, ao passo que outras serão obrigadas a fechar inteiramente as portas. No conjunto, haverá uma queda no nível de atividades e, portanto, uma redução do produto. Este cairá até um ponto em que a propensão a consumir volte a ser suficiente para permitir a acumulação de capital, pois como vimos na aula passada, uma diminuição da renda sempre acarreta uma diminuição menos que proporcional do consumo e, portanto, um aumento da propensão a consumir. Como se vê, neste caso o equilíbrio é atingido mediante uma queda na produção.

No que se refere à repartição, Keynes parte da idéia de que, numa sociedade industrial moderna, o poder dos sindicatos é su-

ficiente para preservar os salários *nominais* dos trabalhadores. Os sindicatos nem sempre têm condições de forçar a manutenção ou o aumento dos salários *reais*, ou seja, cada vez que aumentam os preços, nem sempre os sindicatos fazem greve para obtenção imediata de aumento dos salários. Mas, também, se os preços caem, os patrões não têm condições de imediatamente reduzir os salários *nominais*. No caso de haver deflação, a manutenção dos salários *nominais* faz com que os salários *reais* cresçam em detrimento dos lucros, e como os assalariados soem ter maior propensão a consumir, esta aumenta em toda economia, incrementando a eficiência marginal do capital. Desta maneira, a acumulação volta a se tornar viável e chega-se a uma nova situação de equilíbrio.

O que a análise de Keynes tenta mostrar é que o sistema capitalista possui um mecanismo bastante complexo, porém bem flexível, funcionando sobretudo através do mercado de capitais e das instituições financeiras, que faz com que nunca a acumulação seja por muito tempo diferente do excedente. No final, o excedente acaba sempre sendo acumulado. Para se alcançar o equilíbrio, existem duas alternativas muito diferentes: 1. o excedente começa por ser insuficiente e, neste caso, ou a elevação da taxa de juros ajusta a acumulação à disponibilidade de excedente ou a inflação faz com que o excedente atinja o tamanho requerido e 2. o excedente começa por ser excessivo e neste caso a crise leva à sua diminuição, ao mesmo tempo que a redistribuição progressiva da renda, provocada pela deflação, age no mesmo sentido. As correções podem ser, evidentemente, dos dois lados. A propensão a consumir e a propensão a poupar, embora determinadas por uma lei psicológica geral, são condicionadas pelo processo de acumulação de capital. Na primeira situação, quando há excesso de consumo, levando a um excesso de vontade de acumular e o excedente é insuficiente, o nível de atividades pode subir ao máximo quando se cria uma *situação inflacionária*. Na segunda situação, pelo contrário, há um excesso de poupança, uma insuficiência de consumo, o nível de renda da sociedade tende a baixar e encontrar o equilíbrio num ponto inferior ao ponto de partida.

De um lado, temos crescimento econômico, do outro, decréscimo de atividade econômica. Diz Keynes que o ponto de equilíbrio é indeterminável em princípio. Teoricamente não se pode dizer qual é o ponto em que a acumulação efetivamente feita vai esgotar o excedente, seja aumentando ou reduzindo o excedente, seja aumentando ou diminuindo o incentivo a acumular. Quando o ponto de equilíbrio vai mudar, ninguém sabe e é por isso que não se pode,

como os seus predecessores marginalistas tinham dito, postular a idéia que o equilíbrio numa sociedade capitalista *sempre* se dá ao nível de *pleno emprego*. Pelo contrário, é perfeitamente possível encontrar o equilíbrio muito abaixo do pleno emprego. Pode, portanto, haver uma situação em que realmente se reduz o excedente ao nível possível de acumulação, mas que implique em que 5%, 6% ou 10% das pessoas que queiram trabalhar não encontrem lugar na divisão social do trabalho.

Keynes conclui, portanto, que apenas uma adequada política econômica pode fazer com que este ponto de equilíbrio seja coincidente com o grau de pleno emprego desejado. O ponto de equilíbrio entre acumulação e excedente (se a sociedade for deixada livre, se o governo se mantém como um árbitro neutro, que somente faz respeitar as regras do jogo sem interferir no próprio jogo) pode-se dar, e ele afirma que *tende* a se dar, na medida em que a renda sobe e a propensão a poupar também vai aumentando, a *um nível inferior ao pleno emprego*. As sociedades capitalistas, quanto mais prósperas, tanto mais tendem à depressão. Cabe pois ao governo, mediante a redução da taxa de juros e uma política deliberadamente inflacionária, impedir que esta tendência se realize.

Foi a partir de Keynes, efetivamente, que a política econômica da maior parte dos países capitalistas passou a incorporar, como um dos seus objetivos fundamentais, o *pleno emprego*. Hoje a maior parte dos governos capitalistas tem todo um arsenal de medidas de política econômica, para tentar, pelo menos, impedir que o ponto de equilíbrio entre excedente e acumulação do capital se dê numa situação de desemprego. Mas, o ônus pago por tal política é uma certa inflação. Para forçar a elevação do nível de acumulação, o governo lança mão de medidas que geralmente tendem a ser inflacionárias. O sistema, no entanto, não comporta inflação infinita. As economias capitalistas funcionam, dependendo de sua estrutura social e política, com inflações de 2, 3, 4% ao ano, mas uma inflação de 20 ou 30% tende a se acelerar e tornar-se, a longo prazo, inviável. A política inflacionária, que Keynes sugere, para se manter o ritmo de acumulação próximo do pleno emprego, tende a forçar a adoção de uma política oposta, quando o nível de inflação passa a ser perigoso. Então, o governo passa deliberadamente a reduzir a demanda efetiva, a reduzir a propensão a consumir e com isto gera certo desemprego para reequilibrar monetariamente a economia. Esquemáticamente, é esta a forma que as crises cíclicas assumiram depois de 1930.

Vamos, agora, tratar da análise marxista da acumulação de capital. A análise marxista chegou a resultados análogos quanto à suscetibilidade do capitalismo às crises, e parte dos teóricos marxistas usa o instrumental analítico keynesiano para análise da conjuntura a curto prazo.

Marx, em *O Capital*, supõe um capitalismo em que há muitos concorrentes em cada ramo de produção e que nenhum deles é tão grande que possa sozinho determinar o nível de preços do mercado em que atua. A definição do que é um mercado concorrencial pode ser resumida assim: uma situação, num ramo qualquer da produção (de tecidos, relógios, livros etc.) em que nenhum dos participantes, nenhum dos produtores ou compradores tem capacidade de sozinho determinar o preço. Neste caso, cada um se submete ao preço do mercado, pois se alguém tentar cobrar um preço maior do que os concorrentes, não vende nada; se alguém cobrar o preço do mercado, vende tudo; e se alguém vender a menor, também vende quanto quer, mas ganha menos do que poderia, o que seria irracional. O pressuposto de Marx, que correspondia mais ou menos à realidade da época em que viveu, foi a de um sistema competitivo.

Dizia ele que, num sistema dessa espécie, o impulso a acumular é decisivo, ou seja, o capitalista usa a mais-valia para acumular porque a luta pela sobrevivência num sistema competitivo força-o a isso. Aquele que não cresce, que não amplia sua empresa, tende a desaparecer. Vamos ver na próxima aula como Marx previu que o caráter competitivo do capitalismo iria desaparecer, que havia forças que tendiam a eliminá-lo. Mas no referente à acumulação considerou o capitalismo em sua fase concorrencial. Supunha que o estímulo a acumular provinha sobretudo da concorrência. Quem não acompanha o ritmo de crescimento da economia (e ao acompanhá-lo gera este ritmo ao mesmo tempo) tende a ser eliminado. Há uma compulsão a acumular que é tremenda.

Para Marx, o limite da acumulação é atingido quando o exército industrial da reserva, ou seja, o conjunto dos desempregados, passa a ser incorporado à economia. Todo o sistema capitalista tende a ter uma parte da sua força de trabalho desempregada ou subempregada. Quando a acumulação se acelera, um número cada vez maior de empregos vai sendo criado e esses empregos vão dando ocupação ao exército de reserva. Chega o momento em que não há mais reserva de força de trabalho, ou seja, uma situação de "pleno emprego", na fraseologia keynesiana. Neste momento os salários tendem a subir, pois o poder de barganha dos trabalhado-

res aumenta muito e eles têm condições de obter aumentos daquela parte do produto social que reconstitui a sua força de trabalho. Aumentando o produto necessário reduz-se a mais-valia, ou seja, reduz-se o excedente social. Reduzindo-se o excedente social, a acumulação tende a parar. Marx tem uma frase que é inteiramente análoga ao conceito de "eficiência marginal do capital" de Keynes: o estímulo a acumular é sufocado quando as perspectivas de lucro futuro vão sendo cada vez menores. Os próprios capitalistas percebem que, na medida em que vão aumentando sua capacidade de produzir, eles têm que pagar salários mais altos porque começa a escassear mão-de-obra e pagando salários mais altos os seus lucros vão ser menores. Então, eles passam a se desinteressar em acumular mais.

Também para Marx, chega-se a um equilíbrio entre o excedente gerado e a tendência a acumulá-lo, que é dado, fundamentalmente, pelo volume do produto necessário, do capital variável, que é a contrapartida do próprio excedente. Só que Marx vai além e diz: A partir do momento em que a economia se aproxima do pleno emprego, as inovações tecnológicas, que substituem mão-de-obra por máquinas, passam a ser altamente rendosas, porque os salários estão ficando altos. A acumulação passa a ser muito menos no sentido de estender a capacidade produtiva, mas de aprofundá-la, ou seja, de mudar a tecnologia e aumentar a produtividade do trabalho e de, portanto, novamente gerar desemprego, que, neste caso, é o chamado "desemprego tecnológico". Marx explica a acumulação de capital como sendo um mecanismo que gera uma extensão da capacidade produtiva até o momento em que o exército industrial de reserva se esgota e a partir daí ele tende a aprofundar a capacidade produtiva. Com isto se volta a reconstituir o exército industrial de reserva. Depois que as inovações tecnológicas, que levam a poupar mão-de-obra e usar mais capital, já se impuseram, há uma nova oportunidade de estender a capacidade produtiva e assim sucessivamente.

A passagem da acumulação "extensiva" para a acumulação "intensiva" é marcada pela crise. Na medida em que a acumulação "extensiva" vai levando à diminuição dos lucros, ela cessa, a demanda por bens de produção cai e a economia entra em crise, verificando-se queda no nível de produção e de emprego. Só depois que a crise atinge seu ponto mais baixo e se prolonga na depressão é que a acumulação "intensiva" começa. A acumulação "intensiva" torna parte dos equipamentos obsoletos, impondo sua substituição,

o que intensifica a acumulação e leva a economia novamente a crescer.

Esta análise é indubitavelmente verdadeira e explica o crescimento a longo prazo do sistema capitalista. Ela explica por que o sistema capitalista geralmente não tende a cair nem em depressão crônica nem tende a um crescimento infinitamente acelerado. Há um certo ritmo de acumulação de capital, que é dado, em última análise, pela população explorável e pela tecnologia disponível e potencialmente disponível, isto é, pelas inovações que estão na gaveta e que passam a ser utilizadas no momento em que elas se tornam economicamente interessantes.

Mas onde é que entra a demanda efetiva? Em que medida os capitalistas podem investir e aumentar a capacidade produtiva? Isto é essencial: a capacidade produtiva aumenta cada vez que há um investimento. Um investimento só se realiza, só dá os lucros esperados (a eficiência marginal do capital) na medida em que os produtos, gerados pela nova capacidade de produzir, são vendidos. Se não se vendem os produtos, se eles ficam estocados, a mais-valia não se realiza, ela não se transforma em dinheiro que pode ser gasto pelo capitalista para o seu consumo, ou para pagar os impostos, ou para ser novamente acumulado. Uma condição essencial ao funcionamento do sistema capitalista é esta metamorfose do produto social: ele tem que ser, de cada vez, transformado em valores de uso, em produto material, e este produto material tem que ser vendido e transformado em dinheiro, para que então, em sua forma monetária, o capital possa ser novamente acumulado, isto é, transformado em novos bens (físicos) de produção. A demanda efetiva é certamente um elemento que condiciona o processo de acumulação.

É claro que há uma falta de demanda efetiva quando o esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação de salários começam a afetar a taxa de lucro, fazendo com que o ritmo de acumulação diminua. Uma parte dos bens de produção e também de bens de consumo que seriam comprados, tendo em vista *ampliar* a produção (os bens de consumo seriam adquiridos pelos novos trabalhadores), deixam de sê-lo, fazendo com que a demanda global passe a ser inferior à oferta global. Desta maneira, não é a falta de demanda efetiva que limita a acumulação (como supõe Keynes), mas é a incapacidade de continuar acumulando que reduz a demanda global e acaba por precipitar a economia na crise.

Quem levantou a possibilidade de a demanda efetiva constituir por si só um limite para a acumulação foram alguns marxistas

russos inicialmente, e principalmente Rosa Luxemburgo, num livro importante - *A Acumulação do Capital* - em que ela coloca o problema de uma forma bastante precisa. De acordo com a teoria marxista, o produto social  $P$  é igual à soma do capital constante  $c$ , do capital variável  $v$ , e da mais-valia  $mv$ :  $P = c + v + mv$ . A mais-valia se divide em duas partes: a *mais-valia consumida*, que vamos chamar de  $mv_c$ , e a *mais-valia acumulada*, que vamos chamar de  $mv_{ac}$ . O que Rosa Luxemburgo pergunta é como estes elementos do produto social serão vendidos, ou seja, como serão realizados no mercado. O capital constante será realizado vendendo-se aos capitalistas as matérias-primas e os equipamentos que foram desgastados no período de produção anterior. A própria produção de  $P$  exigiu um consumo de matérias-primas, de instalações, de máquinas, e este consumo tem que ser reposto. As empresas normalmente têm um fundo de depreciação e têm recursos para manter seus estoques de matérias-primas etc., no nível que permita o mesmo ritmo de produção. O capital variável será consumido pelos trabalhadores, já que é aquela parte do capital que é paga em salários e os trabalhadores gastam normalmente todo o seu salário em consumo. A mais-valia consumida também será dispendida pelos capitalistas, pelo estado e por todas as partes da sociedade que não contribuem diretamente para o produto, mas participam do excedente. Porém, quem vai realizar a mais-valia acumulada?

Esta mais-valia acumulada aparece sob a forma de produtos materiais, como valores de uso, e têm que ser transformados em dinheiro para poderem ser acumulados. Numa sociedade em que só existem capitalistas e trabalhadores (e esta é a sociedade hipotética em que se baseia a análise de Marx) não se encontra um consumidor para a mais-valia acumulada a não ser os próprios capitalistas que vão fazer a acumulação. Então, o que Rosa Luxemburgo pergunta é basicamente o que Keynes perguntou, isto é, o que vai levar os capitalistas a acumular, se o nível de demanda efetivamente existente só justifica a reprodução simples, só justifica manter a produção no nível em que ela se encontra? Rosa Luxemburgo responde à pergunta dizendo que há necessidade de uma d demanda externa ao sistema para que haja condições de acumulação. A demanda efetiva tem que crescer o tempo todo para que se justifique a acumulação, que sempre resulta em aumento da capacidade produtiva. Para que se aumente a capacidade produtiva, é preciso ter em vista alguém que vá comprar os produtos adicionais que se vai produzir.

*conceito de demanda externa  
é representado pela igualdade de  
unidades de preço para aqueles que dependem  
do capital acumulado.*

Essa demanda que é necessariamente externa ao sistema simplificado, sobre o qual Marx raciocinou, pode vir tanto do exterior ou seja, de economias não-capitalistas, com as quais o sistema capitalista está em intercâmbio (e daí Rosa Luxemburgo deduz sua teoria do imperialismo), como de dentro do sistema, na parte, vamos dizer, não-capitalista, que seria fundamentalmente o Estado, na medida em que ele fornece produtos que não são competitivos com os do setor privado da economia, destacando-se, neste caso, os gastos militares. Na medida em que o Estado retira uma parte do excedente para gastos que não são produtivos mas destrutivos, ou seja, gastos militares, ele vai criar a demanda necessária para que a parcela da mais-valia, que vai ser acumulada, se realize.

Esta colocação de Rosa Luxemburgo deu lugar a um grande debate. Verificou-se que há realmente alguns erros de raciocínio de Rosa, principalmente porque ela parte, como Marx partiu, de uma situação de reprodução simples, e daí ela chega à reprodução, ampliada, ou seja, ela parte de acumulação zero para uma acumulação maior que zero. É nessa passagem que o problema da demanda se coloca, quando, na realidade, a acumulação zero é altamente improvável. Ocorre que a acumulação varia de tamanho, ela só chega a zero nos momentos de crise, e nesse sentido a teoria de Rosa Luxemburgo é muito mais uma teoria das crises do que uma teoria geral da acumulação. Mas, apesar de certos reparos que se pode fazer, o fundamental está certo, ou seja, é preciso que haja uma demanda crescente no sistema e na medida em que o sistema tende a aumentar a poupança e não o consumo, principalmente devido a seu caráter de classe (\*), este crescimento da demanda tende a se frustrar. Isto aliás o próprio Marx reconheceu. O que faltou em Marx propriamente foi a rigorosa união de vários aspectos de sua análise no que se refere ao processo de acumulação do capital. Rosa começou a fazê-lo e houve outros autores que responderam a ela e existe hoje, no seio da comunidade marxista, uma grande discussão a respeito do que condiciona a acumulação do capital.

Nesta discussão se apresentam basicamente dois pontos de vista: 1. os que dão toda ênfase aos efeitos do progresso técnico sobre a taxa de lucro (cociente do lucro anual dividido pelo capital

\* O caráter de classe do capitalismo faz com que os ganhos de produtividade se transformem em mais-valia relativa, fazendo cair a participação dos assalariados no produto. Sendo pequena a proporção consumida do excedente (mais-valia), há uma tendência perene ao subconsumo no sistema.

total invertido). Marx tentou demonstrar que, a longo prazo, a taxa de lucro tende a diminuir devido ao aumento mais rápido do denominador, formado pelo capital invertido, em confronto com o crescimento mais lento do numerador, constituído pelo lucro. Segundo esta corrente, na medida em que a acumulação incorpora técnicas mais avançadas, aumenta o valor do capital aplicado por trabalhador (e portanto a "composição orgânica do capital", isto é, a relação entre o capital constante e o capital variável), até que a queda da taxa de lucro impede que a acumulação prossiga, o que lança a economia à crise, com as conseqüências acima apontadas; 2. os que sustentam que o aumento da composição orgânica é na realidade contido pelas contratendências igualmente apontadas por Marx (a principal delas é o barateamento do capital constante como resultado do mesmo progresso tecnológico) e que as crises a que as economias capitalistas estão sujeitas decorrem da tendência ao subconsumo.

Na medida em que o nível de abstração em que Marx operou ao elaborar *O Capital* o levou a considerar o capitalismo como um sistema fechado, ele não analisou o comércio externo, nem considerou o intercâmbio das economias capitalistas com as economias não-capitalistas. O fenômeno do imperialismo, inclusive, está fora de sua análise. Além disso, Marx não considera a existência do Estado e hoje o Estado absorve quase 20% do produto nacional bruto dos EUA, por exemplo. Na medida em que a gente passa a um nível de maior concreção, na medida em que se introduzem estes elementos todos, verifica-se que efetivamente a acumulação depende muito da demanda efetiva e depende de uma demanda efetiva que não é a de Keynes. Neste ponto é que a análise marxista foi mais realista que a de Keynes. Porque Keynes também está pensando num sistema fechado, em que não há exportação de capital, não há demanda externa, não há Estado. Keynes só entra com uma espécie de entidade metafísica — o Estado — para salvar o sistema, para fazer o sistema atingir o equilíbrio do pleno emprego, quando na análise marxista contemporânea tende-se a considerar a própria ação do Estado como sendo econômica e politicamente condicionada.

O Estado, principalmente no capitalismo contemporâneo, tanto nos países subdesenvolvidos como nos desenvolvidos, tem uma possibilidade de atuar diretamente e indiretamente sobre o nível de acumulação. E qualquer tipo de teoria que esqueça o Estado está na estratosfera, está analisando algum sistema que não é relevante para a situação presente do capitalismo. Nos países capitalistas o

Estado investe diretamente na área pública da economia, na área que é estatal, um volume de recursos, que no caso do Brasil, corresponde a provavelmente 50% do investimento total. Então, para se entender a acumulação do capital, é preciso se entender a acumulação do capital por parte do Estado. Além disso, ele regula a taxa de juros e não há dúvida que a taxa de juros é um limite para a tendência à acumulação. Aliás, isto foi mencionado também por Marx.

O Estado tem hoje instrumentos para fazer com que excedente e acumulação de excedente coincidam em certos níveis. O que ele não tem possibilidade é fazer com que este nível de acumulação se mantenha próximo ao pleno emprego indefinidamente. Ele precisa breçar o ritmo de acumulação a intervalos certos para impedir que uma crise inflacionária ponha em perigo toda estrutura econômica.

No capitalismo contemporâneo, e isso vale tanto para países desenvolvidos (como os Estados Unidos ou a Alemanha Ocidental) como para países não desenvolvidos (como o Brasil), o Estado tende a assegurar um elevado nível de acumulação mediante dois mecanismos principais (além de numerosos outros, de menor significação). Um deles é o que assegura o crescimento "adequado" da demanda efetiva, mediante a manipulação do setor público da economia e do orçamento público. Verifica-se assim o que Rosa Luxemburgo já havia apontado: o Estado, mediante gastos não-reprodutivos (nos países adiantados, de caráter militar ou paramilitar, em geral) faz com que a parte não consumida da mais-valia seja efetivamente realizada para depois ser convertida em mais capital. O outro mecanismo consiste numa política monetária e de crédito "generosa", que ratifica a inflação provocada, em última análise, pelo caráter anárquico do mercado capitalista. A inflação tem um duplo efeito favorável à acumulação: de um lado reduz a taxa de juros real favorecendo a inversão, por outro, redistribui a renda contra os assalariados e com isso incrementa a "poupança forçada".

Como se verificará mais adiante (8.ª aula), a intervenção do Estado na economia só resolveu as contradições do antigo capitalismo concorrencial criando novas contradições, das quais o controle da inflação é certamente o mais agudo. Incapaz de manter o "sopro inflacionário" dentro dos limites em que ele efetivamente favorece a acumulação, sem perturbar o funcionamento normal da economia, o Estado na maior parte dos países é obrigado a lutar contra a inflação mesmo que seja com o sacrifício (considerado temporário) da

acumulação. Desta maneira, o Estado mesmo se encarrega de conter a expansão da demanda efetiva e de elevar a taxa de juros, com o objetivo explícito de reduzir o ritmo de acumulação de capital. Ao provocar, desta forma, recessões periódicas, o Estado passa a produzir um ciclo de conjuntura política que, nem por ser deliberado, deixa de refletir a profunda irracionalidade da economia capitalista.

## A CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL

Como das vezes anteriores, vamos procurar analisar este tópico do ponto de vista marxista e do ponto de vista marginalista. Porém, ao contrário do realizado até agora, em que se examinou primeiro a versão marginalista e depois a marxista, no caso da concentração de capital é conveniente inverter a ordem e começar com a concepção marxista, porque ela é cronologicamente anterior, além de fundamentar melhor a compreensão do fenômeno.

Marx foi provavelmente o primeiro a declarar que a concentração do capital é uma *tendência central e fundamental* do capitalismo. O que era um ponto de vista, na sua época, bastante novo e diferente daquele mantido pela maior parte dos pensadores econômicos. Marx dá uma definição muito interessante da concentração ao dizer que cada capital individual é, em maior ou menor grau, uma concentração de meios de produção. A mera existência do capital da empresa individual já implica uma concentração de meios de produção, sob o comando único de um proprietário ou de um grupo de proprietários. Na própria essência do capitalismo, em contraste com outros modos de produção anteriores, a existência da empresa capitalista com um pequeno exército de trabalhadores sob seu comando já implica uma concentração de recursos produtivos. Marx define, a partir daí, dois processos que hoje englobaríamos no conceito geral de concentração de capital. Ele distingue *concentração* de *centralização*.

Diz Marx, que a acumulação de capital (assunto da 4.ª aula) tende a se acelerar o tempo todo, na medida em que a economia cresce, pois o sentido do progresso é o de aumentar a produtividade do trabalho humano. Este conceito é hoje quase que universalmente aceito. O que significa progresso? Significa fazer com que aquilo que era produzido por 10 pessoas passe a ser feito por 8. Reduzimos a inversão de esforço humano para obter o mesmo resultado ou, de outro ponto de vista, aumentamos o resultado obtido com o mesmo

esforço. Ora, o que Marx acentuava é que o aumento da produtividade do trabalho humano era obtido, no capitalismo, antes de mais nada através de se colocar à disposição do trabalhador, um volume cada vez maior de recursos produtivos. Este volume crescente de recursos produtivos é tanto condição como consequência do aumento da produtividade. É *consequência*, na medida em que o aumento da produtividade coloca no fluxo produtivo uma maior quantidade de matérias-primas e, conseqüentemente daí sai uma maior quantidade de produtos. Mas é uma *condição*, na medida em que, para se obter uma maior produtividade, é preciso colocar à disposição do trabalhador, um conjunto de máquinas e ferramentas cada vez maior. Em última análise, se a produtividade do trabalho humano nos EUA é bem maior do que no Brasil, a diferença não está no trabalhador brasileiro ou no americano, mas no fato de que o americano dispõe em média de um equipamento muito superior ao que dispõe o trabalhador brasileiro. Na medida em que o sistema progride, na medida em que o sistema não só se amplia quantitativamente, mas muda qualitativamente, esta mudança se exprime através de um aumento do volume de capital ou de máquinas, equipamentos, instalações, por indivíduo engajado no processo produtivo. É com o auxílio desta maquinaria cada vez maior que ele consegue produzir cada vez mais. É isto que Marx chamou de *concentração do capital*.

A concorrência entre os capitalistas força-os a adotar a melhor técnica disponível, que é aquela que proporciona a melhor produtividade e que soe ser a que requer mais capital. Os capitais individuais tendem a crescer, mediante a acumulação de capital, ou seja, mediante a transformação de uma parte do excedente em novo capital, em novos bens de produção, que não somente permitem que se produza mais, mas que *se produza mais, com menos trabalho*. Isto é que seria, então, a concentração de capital. Seria o resultado da própria acumulação do capital, resultante das incessantes revoluções técnicas a que o processo produtivo está sujeito no sistema capitalista.

Diz Marx também que, obviamente, este processo de concentração do capital tem um limite, que é a própria acumulação da sociedade inteira. Os capitais individuais só podem crescer na medida em que o capital de toda sociedade cresce. E como este crescimento, esta acumulação de capital não se dá sem contradições, sem crises, sem interrupções, o processo de concentração que é, na definição dele, *o crescimento por acumulação dos capitais individuais*, está sujeito a este limite que é a capacidade do sistema de se ampliar.

Além da *concentração*, no entanto, há um outro processo que Marx chama de *centralização*, é a *expropriação de capitalistas por*

outros capitalistas. É um fato ainda decorrente da proposição anterior: como a produtividade do trabalho depende do volume de capital posto à disposição do trabalhador e como a concorrência entre os capitalistas se faz através da redução dos custos e, portanto, de maior produtividade, aqueles que conseguem produzir em maior escala têm uma vantagem muito grande com relação aos outros na luta concorrencial no mercado. E nesta medida os capitais maiores ganham esta luta e expropriam os menores. O processo de centralização atua como uma força de atração dos capitais maiores sobre os menores. Os menores ou se fundem entre si, para poder enfrentar e resistir à pressão dos grandes capitais transformando-se, portanto, em grandes capitais também, ou então são quebrados e absorvidos pelas grandes empresas.

Assim, existem duas tendências que é importante distinguir: uma delas, a concentração, é o crescimento da empresa média em função da procura de maior produtividade, mediante a acumulação de capital, ou seja, pela transformação de uma parte dos lucros em novo capital; a outra, a centralização, decorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas, por possuírem maiores escalas de produção, em relação às menores. Enquanto o primeiro processo está sujeito ao limite que a acumulação da riqueza de toda sociedade lhe coloca, o segundo processo não tem limite, a não ser o limite lógico de todos os meios de produção estarem concentrados na mão de um único proprietário. Há uma tendência ao monopólio, que se verifica em todos os ramos de produção, sendo que esta tendência ao monopólio só pára na medida em que o monopólio puro se estabelece, ou seja, que haja uma empresa só em cada ramo e, finalmente, que haja uma empresa só em todos os ramos. Portanto, a centralização não tem limite, na mesma medida em que a concentração o tem.

Mostra Marx que o ciclo de conjuntura da economia capitalista se caracteriza por períodos de "vacas gordas e vacas magras", por uma fase de crescimento da produção, e depois por crise, à qual se segue uma fase de depressão. Nestas partes antagônicas do ciclo de conjuntura, na fase de ascensão e na fase de depressão se realizam alternativamente a concentração e a centralização. No período de ascensão, no período em que cresce a produção, em que os mercados se expandem e há euforia econômica, as empresas crescem por acumulação de capital. As empresas pequenas nesta fase não estão sujeitas à pressão concorrencial, há ampliação dos mercados, o que lhes permite acompanhar, em certa medida, o ritmo de crescimento das grandes empresas. Na fase de depressão, se dá o oposto: a acumulação da riqueza social quase cessa. Na medida em que a acumulação social cai a níveis muito baixos, a acumulação de capitais particulares tam-

bém se reduz muito, havendo descapitalização e uma pequena capitalização de outras. É nesta centralização. Na fase das "vacas magras", do mercado de vendas, é que a concorrência se a torna mais violenta, e é nesta fase que os pequenos e grandes, em que as pequenas empresas não resistem e acabam ou se fundindo ou desaparecendo. Deste modo, o desenvolvimento do capitalismo, temos fases de acumulação e depois fases de depressão, em que a acumulação reduzida ou zero, e se dá a centralização.

Esta descrição geral do processo corresponde bastante bem à experiência histórica do capitalismo até hoje. Examinando-se a experiência brasileira, o que se verifica nos últimos anos? Durante os anos 50, até 1962, houve um período de ascensão do nosso processo de industrialização. Houve nesta época uma multiplicação de empresas. Não somente muitas empresas cresceram, acumulando capital, mas também novas surgiram, empresas pequenas transformaram-se em médias e algumas médias transformaram-se em grandes. A partir de 1963 o sistema entrou em crise, crises intermitentes de recessões com pequenas recuperações. Até 1968 a economia brasileira esteve predominantemente em depressão. Nestes anos houve um nítido processo de centralização do capital. O número de falências e o número de concordatas mais do que triplicou. Os dados referentes à cidade de São Paulo mostram que muitas pequenas empresas foram eliminadas pela luta concorrencial, outras se fundiram, entraram em aliança, se associaram ao capital estrangeiro ou com outras empresas brasileiras e assim sucessivamente. É muito claro que os processos de concentração e acumulação foram comandados pelas diferentes fases do ciclo de conjuntura no país.

Um outro autor marxista importante para o estudo deste problema foi Rudolf Hilferding, que escreveu, no começo deste século, *O Capital Financeiro*, que teve importância e influência muito grandes nos anos seguintes, tendo inspirado, por exemplo, Lenine ao escrever *O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*.

Hilferding retoma o estudo da concentração do capital mostrando que chegou um momento, no desenvolvimento capitalista, em que a *empresa individual* tornou-se incapaz de levantar o capital necessário para se manter no ritmo de desenvolvimento tecnológico que o capitalismo estava gerando. Já Marx tinha feito esta observação em relação às estradas de ferro. Dizia ele que, se se tivesse meramente fundamentado o desenvolvimento do capitalismo, na propriedade individual da empresa, as estradas de ferro jamais teriam surgido. E

sem as estradas de ferro o capitalismo não teria tido os avanços produtivos que acabou tendo.

Acontece que, na época em que Marx escreveu, a sociedade anônima e o mercado de capitais estavam restritos principalmente às estradas de ferro e a outras poucas grandes firmas, como companhias de navegação marítima etc. A grande maioria das empresas ainda eram fundamentalmente individuais, embora Marx já tivesse indicado que a tendência provável seria a de uma concentração que levasse à generalização da sociedade anônima e do mercado de capitais.

No início deste século, esta realidade já estava completamente configurada e Hilferding a analisa e tira suas várias conseqüências. O que ele nota é que cada vez mais a empresa capitalista passa a ser uma empresa cujo capital é possuído por pessoas que não interferem em sua vida. A sociedade anônima é precisamente isso. O "anônimo" significa que o proprietário não aparece com o seu nome na denominação da empresa. Na medida em que não aparece com o seu nome, desliga-se o seu destino individual do destino da empresa. Não existe um "General Motors", embora as crianças imaginem que exista um general chamado assim. Tampouco existe um "General Electric" e assim por diante. O fato de que a "Ford", por exemplo, mantenha o nome da família Ford no seu frontispício é mero acidente histórico. É que a "Ford" foi inicialmente uma empresa individual. Mas a regra geral é que a moderna empresa capitalista concentre a poupança de dezenas de milhares de pessoas e a coloque nas mãos de um pequeno grupo de diretores que podem ou não ser proprietários de ações desta empresa em particular.

A passagem do capitalismo, que é chamado muitas vezes de *individualista*, para o *capitalismo da sociedade anônima*, se faz mediante a institucionalização do *mercado de capitais*. A propriedade das empresas se transaciona normalmente num mercado. Ela está tão subdividida, que mesmo uma pessoa de recursos modestos pode participar dela. Nestas condições, há uma separação entre a condução do processo produtivo e da vida econômica e a propriedade dos meios de produção. Quem dirige o processo não é mais necessariamente o proprietário dos meios de produção. Para dar uma idéia da ordem de grandeza do fenômeno, a maior companhia americana, a companhia "Bell" de telefones, tem, presumivelmente, já que ninguém sabe ao certo, um número total de acionistas tão grande que se fosse feita uma assembléia de todos eles não haveria nenhum lugar nos EUA em que todos se pudessem reunir.

Hilferding mostra que esse processo se fez através da intervenção do capital bancário. Os bancos eram antes meramente os inter-

mediários de crédito. Pessoas que têm dinheiro disponível, colocam-no no banco e recebem juros. O banco pega aquele dinheiro e o empresta a empresários. O banco passou depois a ser o instrumento fundamental de transformação da empresa individual em sociedade anônima. O banco subscrevia (comprava) um grande número de ações por um valor bem abaixo do par e as revendia pouco a pouco no mercado de capitais por um valor bem mais alto.

Acontece que o acionista que recebe dividendos é social e economicamente um indivíduo que empresta dinheiro a juros. Em última análise, aquilo que se espera ao comprar uma ação, em termos de valorização e rendimento, não é muito diferente daquilo que se espera, por exemplo, ao comprar um título de dívida pública, uma letra do Tesouro Nacional, qualquer papel que signifique um empréstimo ao Governo ou mesmo a uma companhia particular. Então, o nível de dividendos se reduz geralmente ao nível da taxa de juros e tem que ser portanto *menor* que a taxa de lucros (\*). Com isso, é gerado o que Hilferding chama de *capital fictício*. Suponhamos que num certo momento a taxa de juros seja de 5% e a taxa de lucros seja 10%. Suponhamos agora que se lance no mercado de capitais ações no valor de 1.000 (pode ser em cruzeiros, dólares etc.). Esses 1.000 correspondem ao valor efetivo dos meios de produção contidos na empresa (fábrica, casa comercial etc.). Eles correspondem ao valor de uma certa quantidade de bens físicos, o chamado "valor patrimonial" da ação. As pessoas que comprem estas ações, no entanto, esperam um rendimento próximo à taxa de juros, que é igual a 5%. As formas alternativas de aplicar dinheiro, em empréstimos ou em outras ações, têm liquidez e características muito semelhantes. Se, efetivamente, a taxa de lucros é de 10%, então o lucro dessa empresa é de 10% de 1.000 igual a 100, porém como se está esperando 5% apenas, isto vai transformar o valor dessas ações em 2.000. No mercado de capitais essas ações passam a valer 2.000 em vez de 1.000 porque 100 de 2.000 é efetivamente 5%.

O valor de uma ação (assim como de qualquer outro título de crédito) em bolsa é determinado especulativamente pela "expectativa"

\* Dividendos constituem a parte dos lucros da empresa que é distribuída em dinheiro aos acionistas. A empresa não precisa distribuir a totalidade dos seus lucros sob a forma de dividendos e habitualmente não o faz. A parte não distribuída dos lucros é mantida em reserva, na empresa, e pode ser utilizada para manter a distribuição dos dividendos no mesmo nível, mesmo em anos de baixos lucros, ou então para ampliar o capital da empresa num momento que sua direção considera apropriado. Quando isso se dá, os acionistas recebem novas ações, denominadas bonificações.

de rendimentos futuros a que ela dá direito. Sendo esta expectativa dada pela taxa de lucro corrente e, ao mesmo tempo, sendo a valorização feita por uma taxa de juros menor (e já foi visto na 4.ª aula que a taxa de juros tem que ser menor que a de lucros), é claro que o valor de bolsa de qualquer ação tende a ser substancialmente maior que o seu valor patrimonial.

Este processo de valorização do capital por ações cria o chamado "capital fictício" porque as máquinas e as instalações não estão valendo 2.000, mas apenas 1.000, porém as ações que representam estas máquinas passam a valer 2.000. É a diferença entre a taxa de juros e a taxa de lucros que dá lugar a este capital fictício, o qual era apropriado pelo capital bancário. Os bancos compravam ações e esperavam que os primeiros lucros viessem a valorizá-las e esta valorização das ações multiplicava o lucro do banco. Este, que tinha comprado ações no valor de 1.000, esperava um ano e com o primeiro lucro da empresa as revendia por 2.000.

Hilferding mostra que o banco desempenha papel essencial no processo de centralização do capital, passando a ser o instrumento de fusão entre várias companhias. O banco, ao se encarregar de levantar capital para as companhias, de adiantar capital, se enriquece, tornando-se co-proprietário de muitas indústrias. Na medida em que ele se torna co-proprietário de várias empresas, o banco impede que haja concorrência entre elas e força sua progressiva associação. Hilferding define o conceito de "capital financeiro", que é o resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial. E ele mostra que o sistema capitalista caminha para uma situação de concentração e centralização cada vez maior, em cuja direção geral se encontra um pequeno grupo de banqueiros e industriais associados.

Surge, por ocasião da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), um debate importantíssimo entre os próprios marxistas, que está hoje sendo travado ainda: trata-se de saber se este tipo de capitalismo cada vez mais concentrado, que chamamos hoje de *capitalismo monopolista*, está sujeito a mais crises, a contradições mais profundas, ou se pelo contrário ele tende a ser menos sujeito à anarquia de produção, tornando-se cada vez mais planejado e podendo, inclusive, dirimir suas divergências e passar a um pacífico domínio do mundo inteiro. É a teoria do "superimperialismo", sustentada por Kautsky (mestre de Hilferding e seu companheiro de lutas) e que foi negada por Lenine.

O que Kautsky dizia é que, na medida em que os grandes monopólios dominam a economia das mais importantes nações imperialistas, eles podem chegar a um acordo entre si. Assim como eles se associam no plano nacional, podem se associar no

plano internacional. Hilferding, aliás, mostra este processo com vários dados. Na medida em que grandes firmas se associam e formam uma rede de interesses estreitamente interligados, elas podem diminuir seus conflitos e passar a constituir uma potência inabalável. Lenine, ao contrário, refuta este ponto de vista com uma consideração que é válida e importante: por mais que os monopólios possam se associar no plano mundial, a sua força provém do mercado nacional em que eles possuem seu centro, estando estreitamente ligados ao estado nacional de sua origem. Um "truste" americano pode ter fábricas em 80 países do mundo, pode estar ligado a companhias japonesas, inglesas e francesas, mas o seu poder é ainda em boa medida reflexo do poder dos próprios EUA no cenário econômico, político e militar do mundo. O mesmo é verdade para companhias alemãs, japonesas e assim por diante. Diz Lenine que, deste modo, as contradições se elevam, as forças e os interesses que se contrapõem se tornam mais potentes e a sua contradição se torna mais aberta, impossível de ser conciliada. Lenine antepõe, portanto, à teoria do superimperialismo, uma teoria de conflitos interimperialistas cada vez mais profundos. E, sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial confirmaram a previsão de Lenine e não a visão de Kautsky.

Vamos agora, por alguns momentos, abandonar esta linha de raciocínio de base marxista e verificar o que a corrente marginalista fez em relação ao mesmo problema.

Inicialmente, toda a economia marginalista recusou-se a encarar a concentração do capital como uma tendência essencial do capitalismo. Desde o início, o marginalismo foi uma corrente apologética do sistema capitalista, sempre tentando mostrar que ele é o sistema mais racional, sendo o resultado de longa evolução humana que alcançou sua perfeição no capitalismo liberal. Sustentavam os marginalistas que o capitalismo sempre é capaz de atingir a melhor utilização dos recursos econômicos disponíveis. Eles desenvolveram este raciocínio apologético em função de um modelo de livre concorrência. A concorrência é a contrapartida, no plano econômico, da liberdade individual, da igualdade perante a lei e de uma série de outros valores burgueses, que fundamentam a doutrina do liberalismo, desde a Revolução Francesa. Assim, a concorrência seria o mecanismo que faria o capitalismo desempenhar suas funções altamente benéficas para a humanidade.

Na medida em que a livre concorrência estava sendo estrangulada pela centralização do capital, pela tendência ao monopólio, esta tendência era encarada como um mero desvio, como alguma

coisa que deveria ser impedida pelo Estado. Isto não foi apenas uma atitude teórica. Muitos economistas marginalistas foram críticos da tendência à concentração do capital e eles passaram neste momento a representar certos interesses, principalmente dos pequenos empresários, que estavam sendo premidos e oprimidos pela concorrência irresistível das grandes empresas, e também de certas áreas econômicas em que a concentração do capital era muito difícil, principalmente na agricultura, e que portanto estava sofrendo o prejuízo de um relativo atraso tecnológico e conseqüentemente de uma situação desfavorável na repartição da renda.

Foram basicamente pequenos empresários e lavradores que forçaram a adoção de uma severa legislação antitrustes nos EUA e que algumas vezes foi aplicada, tornando-se um relativo obstáculo à aceleração do processo de centralização. Esta legislação não conseguiu impedir a centralização como tal, porém lhe colocou certos obstáculos que impediram que se caminhasse ao monopólio puro e simples. Acabou-se ficando numa situação de "concorrência monopolista". Um exemplo clássico é o da indústria automobilística americana, em que há hoje 3 grandes empresas — a General Motors, a Ford e a Chrysler — e uma bem pequena, que mal sobrevive, que é a American Motors. Estas 4 empresas dividem todo o mercado americano e uma parte do mercado mundial, na medida em que exportam automóveis para fora dos EUA. A legislação antitrustes impediu provavelmente que estas empresas ainda se fundissem numa única, mas não conseguiu e nem poderia impedir a desapareição das dezenas e talvez centenas de fabricantes de automóveis que havia nos EUA no início desta indústria.

Mas, de qualquer forma, o marginalismo até a década dos 20 teve uma atitude meramente negativa e crítica face à concentração e que foi, em certa medida, reacionária. A concentração do capital ocorre em função do progresso tecnológico e, na medida em que os marginalistas tentaram impedi-la por meios políticos, eles foram reacionários. É que eles não tinham uma alternativa quanto à concentração do capital, como os marxistas tinham: o controle público das grandes empresas, mediante sua socialização. O que os marginalistas pretendiam era manter o capitalismo no seu estágio de empresa individual, do qual ele estava saindo a partir de meados do século passado.

Nos anos 20, um grupo de economistas, principalmente ingleses (os dois Robinson, Chamberlain e outros) acordaram para a realidade e disseram que seria necessário reformular toda a teoria

da formação de preços e dos mercados, que é o centro da teoria marginalista. Estes autores desenvolveram modelos em que operam com oferta e procura, tomando por base não a livre concorrência, porém o monopólio. No começo dos anos 30, surgiu uma série de livros tentando propor modelos econômicos e matemáticos do que seria a concorrência entre monopólios ou entre oligopólios. E não há dúvida nenhuma de que esses esforços no campo teórico têm um certo valor explicativo da realidade.

Eles mostram que a tendência do monopólio em agir racionalmente leva a maximizar os seus lucros, aumentando os preços. Há uma tendência do monopólio a cobrar mais do que o preço que seria vigente numa situação de concorrência, sem chegar a um preço "máximo". O monopólio tem liberdade de fixar seus preços, porque o público tem que recorrer a ele, porém ele não pode fixar a quantidade que vai vender. Vamos examinar um exemplo de monopólio puro, uma ferrovia. Ela impõe o preço da passagem aos passageiros; estes não tinham alternativa, numa época em que não havia linhas de ônibus nem de avião: ou iam de trem ou não iam de maneira alguma. É uma situação de monopólio, porém a ferrovia não podia determinar quantos bilhetes seriam vendidos, ela não podia forçar as pessoas a viajar. O monopólio tem portanto esta limitação: na medida em que ele aumenta o preço, vende menos do seu produto. Existe um certo preço que lhe aumenta os lucros ao máximo e é nesta faixa que ele vai operar.

O preço que maximiza os lucros do monopolista é aquele que lhe permite vender uma determinada quantidade X de mercadorias com um lucro unitário de Y, tal que o produto XY seja o maior possível. Quando há ganhos de escalas, o que é muito comum, será possível manter Y ao mesmo tempo em que, para se vender mais, o preço tenha que ser menor. Assim, por exemplo, suponhamos que:

Preço unitário	50	44	38	32	26
Custo unitário	40	36	32	28	24
Lucro unitário (Y)	10	8	6	4	2
Quantidade (X)	1.000	2.000	3.000	4.000	5.000
Lucro total (XY)	10.000	16.000	18.000	16.000	10.000

No exemplo, o monopolista atinge o lucro máximo vendendo sua mercadoria ao preço de 38, o qual é sensivelmente inferior ao preço "máximo" de 50.

Há várias situações diferentes de concorrência monopolística: quando há um só vendedor (monopolista) e um só comprador (monopsonista) fala-se em *duopólio*. No caso em que existe um comprador e muitos vendedores, a situação é de *monopsônio*. Na agricultura é comum que uma série de pequenos lavradores venda seus produtos a uma grande companhia. É o caso da "Cia. Cica" que compra tomates de um grande número de pequenos lavradores que só à "Cica" podem vender. A "Cica", se quiser, impõe o preço do tomate, porém ela não pode determinar quantos tomates serão plantados; se ela reduzir o preço demais, ela acaba não conseguindo comprar nenhum tomate. Então, a "Cica" tem que regular o preço de acordo com a quantidade de tomates que deseja. Numa situação de concorrência haveria 5, 10 ou 20 fábricas de massa de tomate. Provavelmente o preço do tomate seria maior, porque estas companhias teriam que competir entre si para a obtenção do produto.

Enfim, dos anos 20 em diante, a economia marginalista desenvolveu, com bastante perfeição, modelos de como opera o mercado monopolista, o que é uma contribuição importante para se entender o que acontece numa economia em que os monopólios ou as grandes empresas passam a predominar cada vez mais.

Atualmente, o debate sobre as conseqüências da concentração sobre a natureza do capitalismo prossegue em novos termos.

Um grupo de economistas, principalmente americanos como Berle e Galbraith, pretende que a concentração do capital que é um processo quantitativo, deu um salto qualitativo e mudou o sistema econômico. A partir de um certo momento, principalmente nos EUA (usando os EUA como exemplo extremo de uma tendência que está acontecendo em todo mundo capitalista), a economia e a sociedade seriam essencialmente diferentes do que o foram no capitalismo da empresa individual. Isto se daria, em primeiro lugar, pela perda de significação da propriedade. Quem é dono de um pedaço de uma empresa, de algumas ações, não tem mais relevância nenhuma. Toda economia é dirigida por tecnocratas, por pessoas cuja qualificação profissional lhes permitiu ascender à cúpula da economia industrial. E eles dirigem a empresa tendo em vista os interesses dela, o seu próprio crescimento, a sua segurança e nada mais. Por outro lado, como a empresa monopolista (não monopólio puro, mas no sentido de dominar um ou vários ramos de produção) não tem condições de controlar a economia do país inteiro, principalmente os ciclos de conjuntura, foi preciso que o Estado exercesse estreito controle da vida econômica.

Estes autores (Galbraith particularmente no seu último livro\*), afirmam que há uma tendência muito rápida à fusão da alta burocracia ou da alta tecnocracia estatal com a alta tecnocracia industrial. E ele dá exemplos muito curiosos mostrando com que facilidade, por exemplo, o governo americano recruta seus dirigentes políticos nas empresas. O ex-Secretário de Defesa nos EUA MacNamara, era da "Ford", fez sua carreira naquela empresa, chegou a ser diretor-presidente dela, antes de se tornar, por cerca de 7 anos, Secretário de Defesa, quer dizer o principal elemento de todo o complexo industrial-militar do país. Aliás, tradicionalmente, a Secretaria de Defesa é entregue a alguém dos grandes trustes industriais. O antecessor de MacNamara era diretor da "General Motors". Quando houve a passagem do governo republicano para o governo democrático, com a eleição de Kennedy em 1960, a Secretaria de Defesa passou da "General Motors" para a "Ford". Da mesma forma as empresas recrutam o tempo todo gente que fez sua carreira no exército. É muito comum encontrar-se nos altos postos de empresas industriais, gerais, almirantes ou brigadeiros aposentados. Principalmente naquelas empresas que vendem o seu produto ao estado, empresas de material aeronáutico, de material bélico, de produtos eletrônicos e assim por diante.

Na medida em que sociologicamente há uma fusão dos 2 grupos, fazer carreira no Estado ou fazer carreira na indústria passa a ser uma coisa perfeitamente equivalente: onde quer que o indivíduo tenha iniciado sua carreira, nunca se sabe onde ele vai acabar. Há no funcionamento normal da economia, uma colaboração cada vez mais estreita entre a alta direção burocrática do Estado e a alta tecnocracia industrial. Verifica-se uma mudança da estrutura de poder da sociedade: os proletários e os donos das empresas estão, ambos, marginalizados. Tanto os trabalhadores como os acionistas. Os acionistas porque se subdividiram tanto que não têm mais voz ativa nenhuma na empresa. Nas grandes empresas americanas, os maiores acionistas, que têm 5, 8 ou 10% do valor do capital, são geralmente outras empresas, são companhias de seguro, bancos ou companhias de investimento.

Por sua vez, a classe operária (ainda na análise de Galbraith) teria a possibilidade de uma ação independente na medida em que ela está organizada em sindicatos. Mas os sindicatos também foram absorvidos pelo complexo estatal-industrial. A alta direção dos sindi-

\* *The New Industrial State*, Boston, 1967.

catos operários é obrigada a colaborar com o Estado, restringindo, por exemplo, as reivindicações salariais dos seus associados para impedir que haja inflação, de modo a que o governo não se veja obrigado a deter a inflação causando uma crise muito pior. Há portanto uma tendência também em incluir a cúpula sindical neste diretório elevadíssimo que dirige toda a sociedade. Além disso, pelo menos nos EUA, o dirigente sindical típico também mudou. Antes o dirigente sindical era um trabalhador que, pelo seu espírito de luta, idealismo e desprendimento, arriscou-se, ganhou a confiança dos seus companheiros, tornou-se líder, foi eleito e sucessivamente transformou-se num dirigente sindical. Agora, há uma carreira. Basta abrir um jornal americano e se vê na seção de empregos, sindicatos pedindo economistas, sociólogos, jovens com algum grau universitário, que queiram fazer carreira no movimento operário.

De acordo com Galbraith, nestas condições, a economia americana está caminhando para um tipo de sociedade muito parecida com a que tende a se desenvolver na União Soviética e nos países considerados "Comunistas". Nestes, de um lado há uma burocracia política muito importante dirigindo o Partido e o Estado, e de outro lado uma tecnocracia nas empresas exigindo relativa autonomia e no entanto colaborando com a burocracia também. Portanto, os dois sistemas tendem a se dirigir para um tipo de sociedade que Galbraith chama de *industrial*. Na medida em que ele pinta os detalhes desta sociedade, sua imagem se aproxima muito mais de um modelo de "socialismo tecnocrático" do que do modelo capitalista. O que Galbraith sugere, portanto, é uma coisa muito parecida com a que Kautsky expunha, ou seja, uma passagem indolor para o socialismo. Sendo que o papel a que ele se propõe é o de abrir os olhos sobre o significado das transformações, que nenhuma força seria capaz de impedir.

Contra este ponto de vista se contrapõe a tese de Sweezy e Baran, num livro que trata do mesmo assunto, escrito praticamente na mesma época e publicado também nos EUA (\*\*). O que esses dois autores marxistas propõem é que o capitalismo monopolista, do tipo americano, acentua cada vez mais as contradições do capitalismo como tal, em vez de resolvê-las. O fato de que a economia esteja sendo dirigida de uma forma cada vez mais centralizada por grandes trustes com a colaboração do Estado não significa que haja uma verdadeira socialização dos objetivos da empresa. No fun-

\*\* *O Capital Monopolista.*

do, ainda os critérios que regem a condução da economia são critérios privatistas tendo por objetivo o lucro das empresas. *O objetivo do lucro não foi abandonado.* E na medida em que o lucro é contraditório com uma repartição menos desigual da renda e com uma crescente produção de bens de uso, ele gera um excedente que é cada vez maior, sem ao mesmo tempo assegurar uma procura capaz de fazer com que este excedente seja de fato acumulado. Esta seria a contradição essencial do capitalismo monopolista.

Para que o excedente seja acumulado (como foi visto na 4.ª aula) é preciso que a procura cresça em certa medida para justificar a acumulação. Pois bem, o capitalismo monopolista, ao limitar a receita da grande maioria formada por assalariados, impede que esta procura apareça; com isto ele impede que uma parte ponderável do excedente seja de fato acumulada, fazendo com que ela tenha que ser desperdiçada. Para tanto há uma série de formas quase "doentias", das quais a principal seria a publicidade, os meios de comunicação de massa, etc., além da procura desesperada de mercados externos, através do imperialismo, que, por sua vez, não somente realiza assim uma parte deste excedente, mas cria as condições políticas internas para que outra parte do excedente seja desperdiçada em gastos bélicos. Na medida em que o imperialismo, a expansão externa encontra resistência, isto justifica que qualquer coisa como 10% do Produto Nacional dos EUA sejam gastos com a segurança nacional.

Sweezy, Baran e Galbraith, na medida em que eles constatarem os fatos e na medida em que eles escolhem os fatos que acham mais significativos, não diferem essencialmente. Eles realmente encaram a concentração do capital como tendo mudado qualitativamente a sociedade.

A divergência aparece na interpretação do sentido desta mudança. Galbraith a ençara como decorrência do progresso técnico, que impõe a necessidade do planejamento em larga escala e a longo prazo, o que naturalmente faz com que o poder passe para quem possui conhecimentos especializados. A sua crítica ao "Novo Estado Industrial" se dirige à limitação dos objetivos do planejamento, que se cingem a aumentar a produção como fim em si, sem considerar outros aspectos importantes que compõem a "qualidade da vida". Sweezy e Baran, no entanto, não deixam de apontar para as contradições que decorrem do fato de que a vida econômica ainda está organizada, no capitalismo moderno, em empresas privadas, cujos interesses "representados" pelos administradores profissionais se contrapõem aos da sociedade como um todo. Assim, na medida em que

o capital se concentra e o poder econômico se funde com o político, a maioria constituída pelos trabalhadores se acha cada vez mais apropriada política e economicamente. A sobrevivência do capitalismo, nestas condições, requer um desperdício crescente ao mesmo tempo que as necessidades de uma grande parte da população continuam não satisfeitas.

A análise de Galbraith, por menos apologética que seja, se ressentida ainda das limitações decorrentes da tradição marginalista, que sempre enfatiza a racionalidade do comportamento econômico. É isso que não lhe permite ver, ou considerar em sua devida extensão, que o planejamento no capitalismo hodierno não pode ultrapassar e muito menos substituir a anarquia de produção. Daí o fato de que a "tecnostutura" no poder seja incapaz de realizar, no plano da sociedade global, tanto o objetivo do crescimento com estabilidade como a conciliação efetiva dos interesses de classe. Nem por isso, no entanto, pode-se negar que sua análise apresenta contribuições válidas, que autores na tradição marxista estão tratando de incorporar criticamente em seu trabalho.

## SEXTA AULA

### MOEDA

Iniciamos agora a abordagem de um aspecto relativamente pouco discutido, ao menos pelos marxistas, mas de grande relevância para o entendimento da realidade econômica moderna, que é o problema da moeda. Haverá três aulas sobre este assunto. A próxima sobre "crédito" e outra sobre o "nível de emprego", que constituem problemas interligados. Esta aula será dedicada à abordagem marxista do problema da moeda e a próxima, à abordagem keynesiana.

A análise marxista da moeda parte da análise da função da troca ou do mercado numa economia capitalista. Uma economia capitalista é articulada pela divisão social do trabalho. Diferentes indivíduos, em diferentes empresas, se especializam na produção de bens de uso diferentes e que são depois redistribuídos de tal maneira a satisfazer as necessidades do conjunto da população, em certa medida, e as necessidades das próprias empresas, em sua atividade produtiva. É a divisão do trabalho que torna o conjunto da sociedade capitalista um todo articulado economicamente. Uma empresa produz aço, a outra produz máquinas e usa o aço, uma outra produz o carvão para a produção do aço etc. Estas diferentes atividades estão articuladas, elas são estreitamente interdependentes. Mas a sociedade capitalista é desarticulada pela propriedade privada dos meios de produção, que torna cada uma destas empresas praticamente autônoma na determinação de como produzir, do que produzir, de quanto produzir e de que preço cobrar. Portanto, é uma economia articulada pela divisão do trabalho e desarticulada pela propriedade privada dos meios de produção, que dá autonomia a cada um dos seus componentes, a qual tem que ser depois superada, num segundo momento. A articulação dada pela divisão do trabalho tem que se realizar, e se realiza no *ato da troca*.

A função da troca ou do mercado (mercado, lugar em que a generalidade das trocas se realiza) é precisamente superar a de-